

ANEXO II

**2.1. REGULAMENTO DE SANÇÕES E MULTAS –
RESAM, INSTITUÍDO PELA PORTARIA Nº 168/2007–
SMT-GAB, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2007.**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
MOBILIDADE
E TRANSPORTES**

RESAM

(Atualizado em 11.07.2016)- Estes textos não substituem os publicados nos Diários Oficiais.

- [PORTARIA 168/07- SMT – GAB-\(DOC.01.12.07\)](#)
- [RETIFICAÇÃO DE PORTARIA E ANEXO PUBLICADOS NO DOC DE 01/12/07 POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO](#)
[Port. 168/07-SMT.GAB \(DOC.18.12.07\)](#)
- [RETIFICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DE PORTARIA-\(DOC DE 19.12.07\)](#)
- [PORTARIA 168/07- SMT – GAB-\(REPUBLICAÇÃO DOC. 20.12.07\)](#)
- [PORTARIA 027/08- SMT.GAB- \(DOC.23.02.08- F.28-29\)](#)
- [Portaria n.º 129/08-SMT.GAB.\(DOC 09.09.08- F.18\)](#)
- [PORTARIA 086/09 – SMT.GAB-\(DOC; 26.11.09- F. 18\)](#)
- [PORTARIA n.º 038/10-SMT.GAB.\(DOC; 11.05.2010- F.25\)](#)
- [Portaria n.º 088/10-SMT.GAB \(DOC; 28.08.2010- F.17\)](#)
- [Portaria nº 006/11-SMT.GAB\(DOC; 13.01.2011- F.20\)](#)

- [Portaria nº 029/12-SMT.GAB\(DOC;24.03.2012 -F.33\)](#)

[Altera o artigo 28 da Portaria nº 168/2007-SMT.GAB, de 20 de dezembro de 2007, que readequou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, aplicáveis aos concessionários/ permissionários do serviço de transporte coletivo](#)

- [Portaria n.º 042/13–SMT.GAB.\(DOC;24.05.2013-F.21\)](#)

- [PORTARIA Nº 003/14-SMT.GAB.\(DOC;18.01.2014-F.21\)](#)

- [RETIFICAÇÃO DE PORTARIA PUBLICADA NO DOC DE 18/01/14](#)

[Portaria nº 003/14-SMT.GAB.\(DOC;23.01.2014-F.27\)](#)

- [PORTARIA 33/14 - SMT \(DOC;01.05.2014-F.31\)](#)

- [PORTARIA 37/14 – SMT\(DOC;28.05.2014-F.17\)](#)

- [PORTARIA Nº 083/14-SMT-GAB\(DOC;05.11.2014-F.20;21\)](#)

[Fica retificado/ratificado o anexo único das portarias nº 033/2014-SMT.GAB e 037/2014-SMT.GAB, a fim de redistribuir/redefinir membros das 10 \(dez\) Comissões de Julgamentos de 1ª Instância, para os trabalhos de julgamento dos recursos interpostos contra as penalidades previstas no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM e aplicadas aos Concessionários e Permissionários do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo-SP](#)

- [PORTARIA Nº 016/16-SMT.GAB.\(F.15\)](#)

[O RESAM será aplicado através da fiscalização administrativa, operacional e eletrônica exercida pela São Paulo Transporte S.A – SPTRANS, especialmente contratada por esta Secretaria, para a prestação de serviços voltados para a gestão do transporte coletivo, em consonância com o Artigo 29 da Lei 13.241/01, ou diretamente pela Secretaria Municipal de Transportes, no caso de sua exclusiva competência.](#)

- [PORTARIA Nº 036/16 – SMT.GAB\(F.38\)](#)

Ficam alteradas as redações dos seguintes códigos do ANEXO I da Portaria 168/07-SMT.GAB;

- **PORTARIA nº 039/16-SMT.GAB.(F.27)**

Fica o prazo de interposição de recurso pela operadora autuada estendido em 15 (quinze) dias para além dos 10 (dez) dias concedidos pelo art. 7º da Portaria nº 168/07-SMT. GAB.

- **PORTARIA 59/16 – SMT. GAB(DOC;07.07.2016-F.19;20)**

[MENU](#)

PORTARIA 168/07- SMT – GAB-(DOC.01.12.07)

ALEXANDRE DE MORAES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de readequação do Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, instituído pela Portaria n. 097/05 – SMT-GAB, de 7 de novembro de 2005;

CONSIDERANDO a necessidade de se instituir o Regimento Interno das Comissões de Julgamento das sanções e multas previstas no RESAM, conforme o art. 3º da Portaria n. 091/07 – SMT-GAB, de 12 de julho de 2007;

CONSIDERANDO a conveniência e maior eficiência que decorre da disciplina conjunta do Regulamento de Sanções e Multas e do Regimento Interno das Comissões que apreciam os recursos administrativos interposto pelos concessionários e permissionários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo;

RESOLVE:

Art. 1º - O Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, instituído pela Portaria n. 097/05 – SMT-GAB, de 7 de novembro de 2005, que disciplina sanções e multas aplicáveis aos concessionários e permissionários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo, e o Regimento Interno das Comissões de Julgamento de Recursos de autos de infrações lavrados em decorrência de sanções e multas previstas no RESAM, passam a vigorar nos termos disciplinados na presente Portaria.

Título I – Do Regulamento de Sanções e Multas – RESAM

Art. 2º - O descumprimento das obrigações estatuídas na Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, no Decreto nº 42.736, de 19 de dezembro de 2002, no contrato de concessão e de permissão do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros e demais normas aplicáveis acarretará aos operadores as seguintes sanções:

I - Advertência escrita;

II - Multa contratual;

III - Apreensão do veículo;

IV - Afastamento do empregado;

V – Intervenção total ou parcial;

VI - Rescisão do contrato;

VII - Declaração de caducidade da concessão.

Art. 3º - Nos termos da legislação e contratos vigentes fica instituído o Regulamento de Sanções e Multas - RESAM, a ser aplicado aos concessionários e permissionários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros através de enquadramentos estabelecidos pelo não atendimento de:

I - Padrão de QUALIDADE;

II - Padrão de EFICIÊNCIA;

III - Padrão de SEGURANÇA.

Art. 4º - O RESAM será aplicado através da fiscalização administrativa e operacional exercida pela São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS, especialmente contratada por esta Secretaria para a prestação de serviços voltados para a gestão do transporte coletivo, em consonância com o artigo 29 da Lei nº 13.241/01, ou diretamente pela Secretaria Municipal de Transportes nos casos de sua exclusiva competência.

Art. 5º - Ocorrendo infração será lavrado o "Auto de Infração - AI", conterà, conforme o enquadramento, os itens abaixo:

I - Data da emissão;

II - Número do AI;

III - Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa;

IV - Prefixo do veículo ou placa, quando aplicável;

V - Data e hora da ocorrência;

VI - Sentido (CB, BC, Circular), quando aplicável;

VII - Local (TP, TS, Percurso), quando aplicável;

VIII - Código, tipo e denominação da linha, quando aplicável;

IX - Código alfa numérico correspondente à infração cometida conforme descrição dos Anexos desta Portaria e, quando o caso, breve descrição da infração;

X - Endereço - Local da constatação da infração, quando for o caso;

XI - Valor da multa expresso em reais, quando aplicável;

XII - Prazo para correção, quando aplicável;

XIII - Número do A.I. anterior na hipótese de reincidência;

XIV - Número ou nome do documento de origem (Boletim de Irregularidade, Demonstrativo de Descumprimento de Partida, ou outro);

Art. 6º - O "Auto de Infração - AI", será expedido e disponibilizado ao operador pela SPTRANS, através do documento "Protocolo de Entrega de Auto de Infração", no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da ocorrência.

Parágrafo Único - O "Protocolo de Entrega de Auto de Infração" deverá ser retirado pelo operador, diariamente, no Setor de Protocolo, no horário comercial.

Art. 7º - O operador autuado poderá recorrer, através de defesa escrita, apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data da ciência.

§ 1º - A não interposição de recurso no prazo e forma estabelecidos no Título II da presente Portaria importará na realização de desconto do valor da respectiva multa na remuneração existente em favor do operador.

§ 2º - Se a decisão do recurso mencionado no parágrafo anterior for desfavorável e decorrer o prazo para a interposição de recurso para a 2ª instância, no prazo e forma estabelecidos no Título II da presente Portaria, o valor da multa será descontado da remuneração.

Art. 8º - A defesa deverá ser apresentada para a Comissão de Infrações e Multas - COMIM, órgão colegiado, instituído pelo Secretário Municipal de Transportes para apreciar e julgar os processos decorrentes das autuações previstas no RESAM, na forma prevista no Título II da presente Portaria.

Art. 9º - Serão instituídas tantas comissões quantas forem necessárias para o julgamento dos recursos, que serão constituídas de:

- a)** 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes, indicados pelo Secretário Municipal de Transportes;
- b)** 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente representando o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo - SPURBANUSS;

§ 1º - A presidência da comissão será indicada pelo Secretário Municipal de Transportes.

§ 2º - As Comissões de Infrações e Multas deverão seguir as determinações do Regimento Interno definido no Título II da presente Portaria.

Art. 10 - Da decisão proferida pelas Comissões de Infrações e Multas caberá recurso, na forma e prazos previstos no Título II da presente Portaria, que será recebido sem efeito suspensivo, desde que apresentada caução em dinheiro do valor correspondente à sanção ou multa aplicada pela COMIM.

§ 1º - O prazo para interposição do recurso para a 2ª Instância é de 5 (cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data do julgamento do recurso interposto perante as Comissões de Infrações e Multas, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para o seu julgamento.

§ 2º - Não sendo conhecido, ou tendo sido negado provimento ao recurso previsto no caput do presente artigo, o valor da caução em dinheiro prestada será retido para o pagamento da multa respectiva, sem prejuízo do desconto

da remuneração nos casos em que houver a necessidade de se proceder a correção dos valores das multas devidas.

§ 3º - Provido o recurso previsto no caput do presente artigo, ocorrerá a realização de crédito no valor da caução, em favor do operador.

Art. 11 - Para efeito de aplicação das sanções e multas, as infrações previstas no Anexo – I desta Portaria estão classificadas de acordo com os padrões de QUALIDADE, EFICIÊNCIA e SEGURANÇA em LEVES, MÉDIAS, GRAVES e GRAVÍSSIMAS estabelecendo também o prazo de correção, cabendo, a cada grupo, as seguintes penalidades:

I - As infrações LEVES serão punidas com advertência e, na reincidência, com multa de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais);

II - As infrações MÉDIAS serão punidas com multa de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), consideradas em dobro no caso de reincidência;

III - As infrações GRAVES serão punidas com multa de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), consideradas em dobro no caso de reincidência;

IV - As infrações GRAVÍSSIMAS serão punidas com multa de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), consideradas em dobro no caso de reincidência;

Art. 12 – As infrações decorrentes do descumprimento das partidas programadas estão previstas no código G-48 do Padrão de Eficiência.

Parágrafo Único - Não será caracterizada a infração, quando ocorrer compensação de uma partida na faixa horária anterior, ou posterior, àquela onde foi constatada a defasagem, exceto na primeira e última faixa horária verificada.

Art. 13 - A reincidência restará caracterizada se, no período de 45 (quarenta e cinco) dias para as infrações de natureza LEVE, 90 (noventa) dias para as infrações de natureza MÉDIA, 180 (cento e oitenta) dias para as infrações de natureza GRAVE, e 360 (trezentos e sessenta) dias para as infrações de natureza GRAVISSÍMA, ocorrer nova infração do mesmo enquadramento, pelo mesmo prefixo ou linha.

Art. 14 - A cada infração cometida serão computados os seguintes números de pontos:

I - leve - 0,2 ponto;

II - média - 0,3 ponto;

III - grave - 0,7 ponto;

IV - gravíssima - 1 ponto.

Art. 15 - A pontuação será cumulativa e ponderada pelo número de veículos de cada frota de referência para o subsistema estrutural e da frota patrimonial para o subsistema local, sendo os pontos atribuídos a cada infração cometida, que prescreverão nos seguintes prazos, contados da data da infração:

I - Infrações Leve e Média - seis meses;

II - Infrações Grave e Gravíssima - doze meses.

§ 1º - Para efeito do cálculo da pontuação ponderada, serão consideradas as frotas de referência e patrimonial informadas pela SPTRANS, relativas ao último dia útil do mês anterior.

§ 2º - A pontuação ponderada será acumulada por contrato de concessão ou termo de permissão.

§ 3º - A pontuação ponderada será apurada todo primeiro dia útil de cada mês, e comunicada formalmente aos operadores, independentemente de qualquer outra medida que venha a ser adotada pela SPTRANS.

§ 4º - A interposição dos recursos previstos nessa Portaria interrompe a contagem do prazo prescricional.

Art. 16 - Apurada pontuação ponderada igual ou superior a 1,4 (um vírgula quatro) e inferior a 2,4 (dois vírgula quatro) pontos por veículo, o operador será submetido a procedimento administrativo pela SPTRANS, visando à aplicação da penalidade contratual disposta na letra “a” do item 5.6 do contrato de concessão ou na letra “a” do item 15.4 do termo de permissão.

Parágrafo Único - Caso o operador permaneça com a pontuação ponderada dentro do intervalo de pontos estabelecido no caput deste artigo, por mais 3 (três) meses consecutivos, será aplicada a sanção imediatamente superior, na forma do caput do artigo seguinte.

Art. 17 - Apurada pontuação ponderada igual ou superior a 2,4 (dois vírgula quatro) e inferior a 3,4 (três vírgula quatro) pontos por veículo, o operador será submetido a procedimento administrativo pela SPTRANS visando à aplicação da penalidade contratual disposta na letra “b” do item 5.6 do contrato de concessão ou na letra “b” do item 15.4 do termo de permissão.

Parágrafo Único - Caso o operador permaneça com a pontuação ponderada dentro do intervalo de pontos estabelecido no caput deste artigo, por mais 3 (três) meses consecutivos, será aplicada a sanção imediatamente superior, na forma do caput do artigo seguinte.

Art. 18 – Apurada pontuação acumulada e ponderada igual ou superior a 3,4 (três vírgula quatro) e inferior a 7 (sete) pontos por veículo, o operador será submetido a procedimento administrativo pela SPTRANS, visando à

aplicação da penalidade contratual prevista na letra “c” do item 5.6 do contrato de concessão ou na letra “c” do item 15.4 do termo de permissão.

Parágrafo Único - Caso o operador permaneça com a pontuação ponderada dentro do intervalo de pontos estabelecido no caput deste artigo, por mais 3 (três) meses consecutivos, poderá ser aplicada a sanção imediatamente superior, na forma do artigo seguinte.

Art. 19 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nos artigos 16,17 e 18, a Secretaria Municipal de Transportes poderá propor a caducidade da concessão ou da permissão, sempre que considerar relevante a pontuação atingida, observadas as disposições dos § 3º do art. 34 e § 2º do art. 37 do Decreto nº 42.736/02, e sempre que a operadora atingir o limite de 7 (sete) pontos por veículo.

Art. 20 - O descumprimento das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Transportes, acarretará ao concessionário as penalidades constantes dos contratos, codificadas conforme Anexo - II (dois) desta Portaria, cuja competência para sua aplicação é exclusiva do Secretário Municipal de Transportes.

Parágrafo Único – Nessas hipóteses, o concessionário será notificado da aplicação das penalidades, sendo-lhe assegurado o direito de defesa.

Art. 21 - O descumprimento das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Transportes, acarretará ao permissionário as penalidades constantes dos contratos, codificadas conforme Anexo - III (três) desta Portaria, cuja competência para sua aplicação é exclusiva do Secretário Municipal de Transportes.

Parágrafo Único - Nessas hipóteses, o permissionário será notificado da aplicação das penalidades, sendo-lhe assegurado o direito de defesa.

Art. 22 - A Secretaria Municipal de Transportes poderá intervir no serviço delegado, com o fim de assegurar a adequação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

§ 1º – A intervenção, prevista na Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, quando parcial, incidirá apenas nas linhas em que tenham sido constatadas infrações de natureza grave.

§ 2º – A intervenção parcial será suspensa pelo Secretário Municipal de Transportes, assim que constatada a normalização do serviço.

Art. 23 - Declarada a intervenção, a Secretaria Municipal de Transportes deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, assegurando o direito de defesa.

Parágrafo Único - O procedimento administrativo mencionado no caput deverá ser concluído em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por períodos idênticos, desde que necessário para a comprovação das causas determinantes e apuração das responsabilidades.

Art. 24 - A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e pelo período máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - Verificada a impossibilidade do restabelecimento do serviço na forma prevista em contrato, encerrar-se-á a intervenção e decretar-se-á a caducidade da concessão ou permissão.

§ 2º - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor.

Art. 25 - A Secretaria Municipal de Transportes poderá, antes de decretada a intervenção na prestação do serviço público, determinar que os demais concessionários ou permissionários prestem o serviço na área desatendida.

Parágrafo Único - Poderão, ainda, ser adotados outros instrumentos jurídicos vigentes para a normalização da prestação do serviço, tais como requisição temporária dos recursos materiais e humanos, conforme disposto no artigo 6º, § 2º, da Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001.

Art. 26 - A Secretaria Municipal de Transportes poderá intervir nas permissões, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na regulamentação vigente.

Parágrafo Único - A intervenção ocorrerá na área onde se verificar os pressupostos para sua decretação, podendo ou não abranger todos os operadores.

Art. 27 – Cumpre à SPTRANS a instauração de procedimento administrativo que tenha a finalidade de apurar os fatos e propor a aplicação de penalidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao concessionário no qual se verifique:

I - Dano ou adulteração no equipamento mecânico ou eletrônico de medição, aferição, arrecadação, gerenciamento ou localização que venha a ser instalado por determinação da SMT ou SPTRANS, nos veículos vinculados ao serviço, bem como em suas instalações, garagens, oficinas e escritórios, de forma que comprometa o funcionamento do equipamento;

II - Motorista, cobrador, fiscal, representante ou preposto da concessionária portando ou utilizando durante a jornada de trabalho quaisquer outros cartões que não sejam operacionais, funcionais, ou com a sua própria identificação.

III - Uso de meios enganosos, fraudulentos, inovação artificiosa para apropriar-se de tarifa pública ou importâncias de usuário, inclusive a fim de induzir a erro a SMT ou SPTRANS.

IV - A não devolução de equipamentos de controle, medição ou aferição como "Chip SAM (Security Access Module)", "transponder", "Chip do AVL (Automatic Vehicle Location)" ou outros embarcados no veículo quando de sua exclusão ou baixa no sistema.

V - Uso ou apresentação de documentos falsificados ou adulterados.

VI - Motorista, cobrador, fiscal, representante ou preposto da concessionária ameaçar, atentar contra a vida ou agredir o público em geral, funcionários da SMT, empregados da SPTRANS ou a serviço da mesma.

Parágrafo Único - A critério da SPTRANS, o veículo no qual se constatar a irregularidade, poderá ficar retido no pátio, até a realização de perícia técnica, assim como poderá ser suspensa a sua operação durante o prazo de tramitação do processo administrativo, podendo ser determinado à operadora o afastamento do empregado da atividade, que deu causa a irregularidade.

Art. 28 - Cumpre à SPTRANS a instauração de procedimento administrativo que tenha a finalidade de apurar os fatos e propor a aplicação de penalidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao permissionário no qual se verifique:

I - Dano ou adulteração no equipamento mecânico ou eletrônico de medição, aferição, arrecadação, gerenciamento e localização que venha a ser instalado por determinação da SMT ou SPTRANS, nos veículos vinculados ao serviço, bem como em suas instalações, garagens, oficinas e escritórios, de forma que comprometa o funcionamento do equipamento;

II - Operador autônomo, motorista, cobrador ou fiscal portando ou utilizando durante a jornada de trabalho quaisquer outros cartões que não sejam operacionais, funcionais, ou com a sua própria identificação.

III - Uso de meios enganosos, fraudulentos, inovação artificiosa para apropriar-se de tarifa pública ou importâncias de usuário, inclusive a fim de induzir a erro a SMT ou SPTRANS.

IV - A não devolução de equipamentos de controle, medição ou aferição como "Chip SAM

(Security Access Module)", "transponder", "Chip do AVL (Automatic Vehicle Location)" ou outros, embarcados no veículo quando de sua exclusão ou baixa no sistema.

V - Uso ou apresentação de documentos falsificados ou adulterados.

VI - Operador autônomo, motorista, cobrador, auxiliares, fiscal, representante ou preposto da permissionária ameaçar atentar contra a vida ou agredir o público em geral, funcionários da SMT, empregados da SPTRANS ou a serviço da mesma.

§ 1º - A critério da SPTRANS o veículo no qual se constatar a irregularidade, poderá ficar retido no pátio, até a realização de perícia técnica.

§ 2º - Ficarão suspensos o operador autônomo, seus auxiliares e o veículo, objeto do procedimento administrativo, durante o prazo de tramitação do processo.

Art. 29 - A fiscalização exercida pela SPTRANS, poderá suspender ou lacrar o veículo sempre que detectar irregularidades que comprometam a segurança dos passageiros ou de terceiros.

Parágrafo Único - O veículo suspenso ou lacrado será administrativamente reintegrado ao sistema após a operadora informar ter sanado a irregularidade, e a constatação realizada através de nova vistoria pela SPTRANS.

Art. 30 - O preço da operação de apreensão do veículo do sistema, com vistas ao cumprimento das disposições contidas na Lei 13.241/01, e nesta Portaria será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 31 - O veículo do sistema apreendido, enquanto permanecer no pátio de estacionamento da SPTRANS, ficará sujeito ao pagamento de estadia, cujo valor encontra-se estabelecido no Decreto Municipal que Fixa o valor dos preços dos serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

§ 1º - Cada estadia terá o período de 12 (doze) horas.

§ 2º - Para fins de pagamento da estadia, também serão computadas as frações de cada período, na razão de 1/12 (um doze avos) dos valores previstos nos incisos I a IV.

Art. 32 - Sem prejuízo da defesa, o operador fica obrigado a comunicar à SPTRANS, por escrito e em 24 (vinte e quatro) horas, fato alheio à prestação do serviço, ocorrido independentemente de sua vontade e que não tenha conseguido evitar, que tenha concorrido para a caracterização de qualquer infração prevista nesta Portaria e Anexos, sendo indispensável anexar a cópia do Boletim de Ocorrência Policial (B.O.), quando se tratar de fato tipificado como infração penal.

§ 1º - Efetivada a comunicação e comprovada a existência do referido fato, as penalidades eventualmente impostas ficarão suspensas durante o prazo previsto para correção da respectiva infração.

§ 2º - Até que cessem os efeitos do fato comunicado, o operador se sujeitará às penalidades cabíveis, inclusive a reincidência.

§ 3º - A SPTRANS, poderá dilatar os prazos previstos no Anexo I, para correção da respectiva infração, desde que a gravidade do fato e as condições objetivas para saná-lo assim o exijam.

Art. 33 - Os preços previstos nesta Portaria serão reajustados periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 34 – As multas e sanções previstas nesta Portaria deixarão de ser impostas apenas na hipótese de caracterização de força maior, devidamente comprovada e reconhecida pela Secretaria Municipal de Transportes, não isentando o operador das demais sanções previstas em contrato.

Art. 35 - A execução de qualquer tipo de serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, sem a correspondente delegação ou autorização do Poder Público, será considerada ilegal e caracterizada como clandestina, sujeitando aos infratores as sanções previstas no artigo 34 da Lei 13.241/01.

Art. 36 - Fica a SPTRANS autorizada a exercer a fiscalização de qualquer tipo de serviço clandestino de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros e a aplicar aos infratores as sanções previstas no artigo 34 da Lei nº 13.241/01.

Parágrafo Único - Fica a cargo da SPTRANS a designação dos empregados autorizados a realizar a fiscalização de que trata este artigo.

Título II – Do Regimento Interno das Comissões de Julgamento de Recursos de Infrações do Regulamento de Sanções e Multas - RESAM

Art. 37 - Compete às Comissões referidas no art. 8º da presente Portaria apreciar e julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas aos concessionários e permissionários do serviço de transporte coletivo de passageiros, em decorrência das autuações previstas no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, instituído na Título I desta Portaria.

Art. 38 - As Comissões serão nomeadas pelo Secretário Municipal de Transportes, nos termos da legislação vigente, e serão supervisionadas pela Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, a quem compete:

I – estabelecer e divulgar o calendário das sessões das Comissões;

II - solicitar da Secretaria Municipal de Transportes os recursos necessários para o funcionamento das Comissões;

II – sugerir a criação, extinção, ou agrupamento das Comissões;

III – convocar, se necessário, reuniões plenárias e extraordinárias das Comissões;

IV - encaminhar as sugestões e reivindicações das Comissões;

V – encaminhar ao Secretário Municipal de Transportes as justificativas de faltas dos membros das Comissões às sessões de julgamento;

VI - receber as citações e intimações, encaminhar para cumprimento ou adotar as providências cabíveis, no caso de eventuais determinações judiciais decorrentes das atribuições das Comissões;

VII - prestar as informações disponíveis à Secretaria Municipal de Transportes e a SPTRANS para as providências de defesa judicial dos membros das Comissões no regular exercício de suas atribuições.

Parágrafo Único - Para os impedimentos do titular da Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, um substituto será nomeado pelo Secretário Municipal de Transportes.

Art. 39 - A distribuição de todos os recursos interpostos entre as Comissões e, em cada Comissão, entre seus membros, adotará o princípio do sorteio e da sucessividade entre todos os integrantes em exercício em cada uma das Comissões.

§ 1º - O sorteio se dará por processamento eletrônico e aleatório.

§ 2º - Fica terminantemente vedada a redistribuição dos recursos entre as Comissões, exceto nas hipóteses de suspeição ou impedimento dos membros da Comissão, fato que será devidamente anotado, com a respectiva fundamentação, na ata de julgamento.

§ 3º - Os autos dos recursos, em nenhuma hipótese, deixarão a sala das Comissões.

Art. 40 - As comissões se reunirão, no mínimo, uma vez por semana, instaurando suas sessões de julgamentos dos recursos interpostos desde que presentes 3 (três) de seus membros ou suplentes.

Art. 41 – Verificado o quorum mínimo previsto no artigo anterior, as sessões das Comissões obedecerão a seguinte ordem:

I - abertura, pelo Presidente da Comissão;

II - leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

III – distribuição, nos termos presente Portaria, dos recursos interpostos após a sessão anterior;

IV – julgamento dos recursos anteriormente distribuídos;

V - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados à Comissão;

VI - encerramento da sessão, com encaminhamento da ata respectiva para ciência da Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, que determinará o seu arquivamento.

Art. 42 - Os recursos serão julgados seguindo a ordem cronológica de interposição, obedecida a forma de distribuição descrita na presente Portaria.

Art. 43 - Os recursos constantes da pauta de julgamento serão sucintamente relatados pelos membros a que foram distribuídos e, após fundamentação e proposta de decisão, submetidos aos demais integrantes presentes na sessão.

§ 1º - Em nenhuma hipótese será admitida sustentação oral.

§ 2º - Conhecido ou não o recurso, os votos de cada integrante serão contados, declarando o Presidente da Comissão o resultado do recurso interposto.

§ 3º - O membro com voto vencido e divergente deverá redigi-lo, para que seja juntado aos autos.

§ 4º - Todo pedido de vista deverá ser fundamentado e será registrado na ata, não constituindo exceção para o disposto no § 3º do art. 39 da presente Portaria.

Art. 44 - Ao Presidente da Comissão, sem prejuízo do estabelecido nos dispositivos anteriores, compete:

I - cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno;

II - preencher os dados constantes da planilha contida no Anexo - IV da Presente Portaria;

II - organizar a distribuição dos processos entre os membros da Comissão, observando o estatuído na presente Portaria;

III - abrir, suspender e encerrar as sessões de julgamento;

IV - resolver questões de ordem e apurar votos;

V - encaminhar as proposições dos membros de sua Comissão à Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM;

VI - as demais atribuições e responsabilidades de membro da Comissão.

Art. 45 – Compete também aos membros da Comissão:

- I** - cumprir e fazer cumprir as disposições do regimento interno, devendo assinar o Termo de Posse, ato que deverá preceder a primeira reunião da Comissão que irá compor;
- II** - comparecer às sessões de julgamento, e justificar suas ausências;
- III** - apontar e fazer consignar na ata quaisquer ocorrências relativas à indevida distribuição dos recursos, nos termos da Presente Portaria, antes de iniciar o julgamento dos recursos de sua Comissão;
- IV** - assinar as atas das sessões de sua Comissão;
- V** - relatar, por escrito, o voto do recurso que lhe for distribuído, apresentando sua fundamentação, proferindo um dos seguintes resultados:
 - a)** rejeição administrativa do recurso;
 - b)** não conhecimento do recurso por intempestividade, ilegitimidade de parte, e/ou inobservância de regras procedimentais;
 - c)** negar provimento ao recurso, com a manutenção da penalidade;
 - d)** dar provimento parcial ao recurso, indicando a penalidade correta que deverá ser aplicada;
 - e)** dar provimento ao recurso, cancelando da penalidade aplicada;
- VI** - relatar e fundamentar por escrito:
 - a)** pedido de vista dos autos;

b) determinação de diligências;

c) declaração de impedimentos e suspeições nas mesmas hipóteses previstas no Código de Processo Civil (Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973), ou tenha participado da constituição da prova constante do recurso;

VII - discutir e decidir a matéria apresentada pelos demais membros da comissão;

VIII – apresentar assunto de relevância e sugestões, objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento de apreciação dos recursos;

IX – prestar as informações devidas quando questionados seus atos no regular exercício de suas atribuições;

X - encaminhar por escrito à Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM a constatação de eventual anomalia regimental não sanada no âmbito da sua Comissão.

§ 1º - A recusa imotivada e injustificada do desempenho das atribuições de membro da comissão, ou o comportamento desidioso, ardiloso ou evasivo, importará, pelo Presidente, Secretário, ou qualquer outro membro da Comissão na comunicação do fato à Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, que solicitará as providências devidas ao Secretário Municipal de Transportes.

§ 2º - Perderá o mandato o membro que:

I – não tiver a justificativa de sua falta aceita pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - requerer ou solicitar diligências desnecessárias, procrastinando o julgamento de recursos;

III - comportar-se de maneira antiética, desidiosa, ardilosa, evasiva ou cometer ato atentatório à dignidade do exercício da função;

IV - alegar imotivada e injustificadamente suspeição ou impedimento nos recursos que lhe forem distribuídos;

V - descumprir disposição do regimento interno ou de normas administrativas aplicáveis à função de membro da Comissão;

Art. 46 – Verificados, na sessão de julgamento, impedimentos e suspeições do membro para o qual foi originalmente distribuído o recurso, o presidente deverá fazer a redistribuição entre os demais membros da comissão.

Art. 47– Um dos membros de cada comissão atuará como Secretário, a quem compete:

I - fazer constar das atas a justificativa das ausências dos membros às reuniões;

II - convocar reuniões extraordinárias, sempre que for necessário, em virtude de aumento da quantidade de recursos não julgados;

III – Comunicar à Assessoria Jurídica para Gestão de Sanções e Multas eventuais indícios de irregularidades das quais tome conhecimento ou relatadas pelos membros, dando ciência ao Presidente da Comissão;

IV - organizar e coordenar os trabalhos da equipe administrativa de apoio à Comissão;

V - organizar e supervisionar a distribuição de recursos materiais disponíveis;

VI - encaminhar à Assessoria Jurídica para Gestão de Sanções e Multas as consultas e solicitações de esclarecimentos ou quanto à interpretação da legislação, notadamente ao Regulamento de Sanções e Multas - RESAM;

VII - comunicar à Assessoria Jurídica para Gestão de Sanções e Multas eventuais desconformidades praticadas pelos membros das Comissões;

Art. 48 - A função de membro das Comissões não caracteriza vínculo empregatício, nem de prestação de serviço com a Secretaria Municipal de Transportes ou com a São Paulo Transporte S/A, não gerando obrigação previdenciária, fiscal ou securitária.

Art. 49 - Esta Portaria entrará em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação, revogando-se a Portaria n. 97/05 - SMT-GAB, de 7 de novembro de 2005, e demais disposições em contrário.

ALEXANDRE DE MORAES

Secretário Municipal de Transportes

PENALIDADES DO PADRÃO DA QUALIDADE

Constitui infração do padrão da Qualidade dos Serviços Prestados, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE	VALOR EM REAIS	REINCIDÊNCIA EM REAIS	PRAZO PARA CORREÇÃO	PRAZO PARA REINCIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Q	L01	Veículo com o conjunto da ignição do motor inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L02	Veículo com banco rasgado.	Advertência	-	R\$ 180,00	24 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L03	Veículo sem o documento de registro original da SPTrans ou fora do local e padrão determinados.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L04	Veículo estacionado em ponto terminal com as portas fechadas impedindo o acesso dos usuários.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L05	Trafegar desrespeitando a capacidade máxima legal de lotação do veículo.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L06	Recusar ou deixar de prestar informações ou orientações ao usuário, quando solicitado.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

Q	M01	Veículo ou equipamento em mau estado de conservação ou em desacordo com o determinado pela SPTrans, no que se refere à padronização de identidade visual, tais como: dimensões, localização e cores da pintura, lay-out interno, placas, legendas, números, prefixos e demais inscrições, inclusive, de publicidade ou qualquer outro item de comunicação visual.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	24 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M02	Veículo com letreiro ou qualquer uma das placas de comunicação visual inexistente ou em desacordo com a linha operada.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M03	Veículo com dispositivo destinado ao controle de emissão de ruído inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M04	Veículo com falta de limpeza interna.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M05	Veículo estacionado ou parado em ponto terminal com motor funcionando por tempo superior a 10 (dez) minutos.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M06	Transportar ou permitir o ingresso nos Terminais de Transferência, de volumes que atrapalhem a circulação ou ocupem assento do veículo, bem como de animais exceto os casos previstos em lei.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M07	Fumar no interior do veículo.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M08	Deixar de orientar os usuários, motoristas ou cobradores em operações especiais determinadas pela SPTrans (PAESE ou eventos específicos).	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

Q	M09	Deixar de atender a solicitação de transbordo de usuários embarcados em veículo do sistema, que por motivo de avaria ou acidente não possa prosseguir viagem.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M10	Deixar de organizar e orientar a formação de filas no embarque de usuários nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M11	Deixar de atualizar ou de manter em bom estado de conservação o painel de informações aos usuários, nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	M12	Deixar de adequar escadas rolantes de acordo com a demanda de usuários nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	M13	Veículo com ausência do selo de desinsetização ou com a data de validade vencida.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M14	Veículo em mau estado de conservação interna ou externa. (Lataria, pintura, pára-choque, ponteira de pára-choque, revestimento interno, escotilha de ventilação, anteparo, sanfona da articulação, entre outros)	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M15	Veículo com o sistema de ventilação forçada ou ar condicionado inoperante.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G01	Veículo adaptado para pessoas deficientes, com elevador inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G02	Deixar de atender o sinal de embarque ou desembarque nos pontos de parada, tendo o veículo condições para tal.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G03	Veículo efetuando abastecimento ou manutenção com usuários a bordo.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do	

							RESAM	
Q	G04	Veículo sem cobrador ou auxiliar, exceto com autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G05	Veículo permanecer estacionado ou parado no ponto do itinerário após o embarque ou desembarque de passageiros.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G06	Ultrapassar outro veículo de transporte em operação de embarque e desembarque nos pontos do itinerário.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G07	Deixar de receber ou de enviar a SPTrans, reclamações e sugestões dos usuários.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	G08	Deixar de orientar e acompanhar pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção dentro do perímetro de jurisdição do Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	G09	Omitir informações que possam alterar a rotina de operação do Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	G10	Deixar de fornecer ao usuário troco correspondente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G11	Permitir ou veicular propaganda, publicidade, campanha ou anúncio que não seja previamente autorizada pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G12	Entreter-se com jogos em serviço.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G13	Deixar de operar o Sistema de Atendimento	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do	

		ao usuário.					RESAM	
Q	G14	Motorista ou cobrador não habilitado a operar o elevador do veículo adaptado para pessoas deficientes.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G15	Veículo com falta de limpeza externa.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	GR01	Tratar o usuário, o público ou funcionários e representantes da SMT ou SPTrans com falta de urbanidade.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	GR02	Praticar atos que atentem contra a moral e os bons costumes.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	GR03	Não permitir injustificadamente o embarque ou desembarque de passageiros com direito à gratuidade assegurada por Lei ou com expressa autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	GR04	Não permitir injustificadamente o embarque de passageiros nos veículos.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

PENALIDADES DO PADRÃO DA EFICIÊNCIA

Constitui infração do padrão da Eficiência dos Serviços Prestados, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDA DE	VALOR EM REAIS	REINCIDÊN CIA EM REAIS	PRAZO PARA CORREÇ ÃO	PRAZO PARA REINCIDÊN CIA	OBSERVAÇÕES
E	L07	Deixar de utilizar uniforme, trajar-se inadequadamente para o exercício da função	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		ou sem o crachá de identificação funcional.					RESAM	
E	L08	Permitir ou exercer qualquer tipo de comércio no interior do veículo ou nos pontos terminais.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	L09	Deixar de manter em estoque materiais operacionais no Terminal de Transferência (ponto móvel, cones, fita zebra, cavaletes, etc).	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	L10	Deixar de adotar política de administração de materiais compatível com o padrão exigido pela SPTrans.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M16	Veículo abandonado em via pública, nos corredores exclusivos, estações ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M17	Deixar de manter as condições de limpeza, conservação ou segurança do ponto terminal.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M18	Jogar qualquer tipo de detritos na via pública ou nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M19	Deixar de controlar, receber, devolver e dar acompanhamento adequado aos objetos achados e perdidos nos veículos ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M20	Deixar de manter comunicação visual em ponto terminal ou mantê-la em desacordo com a determinação da SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M21	Deixar de desligar a ignição do trólebus, quando da recolocação da alavanca na rede aérea.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para transporte coletivo sistema Trólebus
E	M22	Deixar de orientar os usuários, motoristas ou cobradores em relação às faixas de segurança ou de circulação interna nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	M23	Permitir o acesso ou estacionamento, nos	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme	Específico para

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		Terminais de Transferência, de veículos de qualquer espécie que não sejam previamente autorizados pela SPTrans, inclusive quanto aos horários determinados.					art. 13 do RESAM	administração do Terminal de Transferência
E	M24	Deixar de efetuar registro correspondente a entrada, permanência e saída de viaturas ou veículos de serviço nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	M25	Permitir a limpeza ou manutenção de veículos nas dependências do Terminal de Transferência, exceto com prévia autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M26	Deixar de manter a limpeza nas dependências ou equipamentos dos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	M27	Permitir ou executar serviço de manutenção, não emergencial, que interfira diretamente na operação regular dos corredores exclusivos, Estações ou Terminais de Transferência em horários e locais sem a prévia autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M28	Deixar de manter valetas de manutenção em condições de segurança, iluminação e limpeza.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M29	Deixar de disponibilizar quantidade suficiente de manobristas para acompanhamento da inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M30	Deixar de apresentar veículo para a inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M31	Deixar de manter técnico responsável para acompanhamento da inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

E	M32	Deixar de manter veículo em condições adequadas de limpeza para inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M33	Deixar de divulgar ou de afixar adequadamente no veículo comunicação institucional determinada pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M34	Veículo com acessórios sonoros, ornamentais ou penduricalhos não autorizados pela SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M35	Deixar de afixar documento de identificação funcional em local determinado pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G16	Antecipar, retardar ou deixar de cumprir partida programada de veículo adaptado para pessoa deficiente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G17	Deixar de cumprir a primeira ou a última partida, conforme estabelecido pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G18	Trafegar com veículo "RESERVADO" com passageiros a bordo, sem motivo justificado.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G19	Trafegar obstruindo a marcha normal dos demais veículos em circulação, sem causa justificada, transitando a uma velocidade anormalmente reduzida, em prejuízo de usuários ou de terceiros.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G20	Trafegar por corredores exclusivos, faixas de rolamento seletivas ou segregadas não obedecendo à determinação da SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
E	G21	Deixar de trafegar por corredores exclusivos, faixas de rolamento seletivas ou segregadas não obedecendo à determinação da SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G22	Deixar de manter em operação veículo	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		destinado a socorro mecânico.					art. 13 do RESAM	
E	G23	Deixar de executar manutenção preventiva nos veículos do sistema.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G24	Deixar de apresentar veículo em processo de exclusão para a retirada dos lacres e equipamentos de aferição embarcados.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G25	Deixar de remover as características de identificação visual do veículo do sistema em processo de baixa.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G26	Deixar de efetuar a cobrança da tarifa vigente ou cobrar valores diferenciados não autorizados no transporte de passageiros, ressalvadas as exceções de gratuidade previstas em Lei ou previamente autorizadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G27	Não enviar a documentação ou não transmitir as informações exigidas pela SMT ou SPTrans, nos prazos determinados.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G28	Veículo permanecer estacionado para guarda ou pernoite em local não autorizado pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G29	Operar veículo com documentação ou vistoria vencida.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
E	G30	Arregimentar ou angariar passageiros.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G31	Veículo conduzido por motorista, não autorizado, ainda que devidamente habilitado para tal.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	G32	Provocar danos na rede aérea trólebus, por negligência ou imperícia.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para transporte coletivo sistema Trólebus

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

E	G33	Permitir ou exercer atividades estranhas ao objeto do contrato nas dependências da empresa ou garagem.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G34	Deixar de disponibilizar equipamentos ou instalações contratualmente exigidos para operação ou manutenção do serviço, bem como para a fiscalização exercida pela SPTrans na garagem.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G35	Deixar de cumprir Aviso, Ofício, Intimação, Comunicação, Notificação, Carta ou prazos estabelecidos pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G36	Deixar de adotar relatório, impresso ou documento instituído pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G37	Negar a receber documentos emitidos pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G38	Permitir que os postos operacionais definidos pela SPTrans permaneçam desguarnecidos nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	G39	Permitir o acesso da imprensa de qualquer natureza, no interior dos Terminais de Transferência, que não sejam previamente autorizada pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G40	Permitir ou executar alteração das características originais do Terminal de Transferência ou de equipamentos.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	G41	Permitir ou utilizar indevidamente o sistema de audição pública para divulgação de mensagens não autorizadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	G42	Permitir qualquer tipo de comércio informal ou exploração comercial, no interior do	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do	Específico para administração do

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		Terminal de Transferência, não autorizada pela SPTrans.					RESAM	Terminal de Transferência
E	G43	Instalar nos veículos, pertencentes à Frota Pública, conjuntos e componentes que não obedeçam às especificações técnicas definidas pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G44	Veículo reprovado na inspeção de frota, reincidir em reprovação na re-inspeção.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G45	Deixar de cumprir as normas de uso dos cartões de operação, conforme estabelecido pela SPTrans. (bordo, meia viagem, abertura e fechamento de serviço)	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G46	Deixar de manter fiscal ou apontador em ponto terminal.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G47	Deixar de cumprir normas e procedimentos técnicos atinentes à boa conservação e manutenção dos veículos, inclusive os da Frota Pública, conforme estabelecido pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G48	Descumprir o número de partidas programadas para cada faixa horária.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Valor da multa incide para cada partida programada e não realizada
E	G49	Descumprir o intervalo programado, conforme determinado pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G50	Qualquer um dos componentes da tripulação do veículo abandonar posto de serviço.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR05	Deixar de operar linha, atendimento, PAESE ou operações especiais determinadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

E	GR06	Operar linha, atendimento, PAESE ou operações especiais não autorizadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR07	Deixar de cumprir itinerário ou alterar ponto terminal estabelecido pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR08	Interromper a viagem sem motivo justificado.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR09	Veículo avariado ou sem combustível, estacionado ou parado por mais de 60 minutos, aguardando socorro mecânico.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR10	Veículo com o prefixo, placa, lacre, inscrição do chassi, selo ou qualquer outro elemento de identificação, violado, adulterado ou falsificado.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo
E	GR11	Operar com veículo lacrado (suspensa à operação) ou não autorizado pela SMT e SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR12	Deixar de transmitir, omitir ou alterar informações nos arquivos PCGAR, relativo a prestação de contas.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR13	Deixar de cumprir o atendimento ou horário programado na Ordem de Rota Operacional - ORO expedida pelo Serviço de Atendimento Especial – ATENDE.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR14	Deixar de prestar informações ou providências que possam gerar prejuízos materiais, financeiros ou morais a SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR15	Deixar de operar veículo adaptado para pessoas deficientes, conforme determinado pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR16	Deixar de exercer o controle sobre as gratuidades previstas por Lei ou previamente	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		autorizadas pela SPTrans.					RESAM	
E	GR17	Obrigar passageiros a desembarcar fora do local de destino.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo
E	GR18	Veículo sem catraca ou validador eletrônico, ou com validador eletrônico inoperante, exceto com expressa autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR19	Deixar de exibir documentos exigidos em ação da fiscalização exercida pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo, quando aplicável
E	GR20	Veículo do sistema flagrado entrando ou saindo da circunscrição municipal.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR21	Veículo efetuando transporte de outra natureza, sem autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR22	Deixar de executar nos veículos pertencentes à frota pública, serviços descritos no plano de manutenção ou procedimentos internos ou promover a retirada de componentes do veículo para aplicação simultânea em outro, sem autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR23	Deixar de depositar ou não efetuar a prestação de contas dos valores provenientes da comercialização do bilhete único, cartão ou crédito eletrônico, na data ou prazo estipulado pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR24	Deixar de enviar para remissão bilhetes recebidos dos usuários, nos veículos, como pagamento da passagem.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR25	Apropriar-se de tarifa pública ou importância do usuário, autorizando o desembarque pela porta dianteira, embarque pela porta traseira,	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1.440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo

		ou utilizar-se de outros meios sem o devido registro da passagem.						
--	--	---	--	--	--	--	--	--

PENALIDADES DO PADRÃO DA SEGURANÇA

Constitui infração do padrão da Segurança dos Serviços Prestados, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE	VALOR EM REAIS	REINCIDÊNCIA EM REAIS	PRAZO PARA CORREÇÃO	PRAZO PARA REINCIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
S	L11	Veículo com porta, janela, vidros laterais ou traseiros quebrados, trincados, com defeito, em mau estado de conservação, inoperante ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	L12	Veículo com sistema de sinalização sonora interna ou externa inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	L13	Veículo com sistema de iluminação ou sinalização interna ou externa inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	L14	Veículo com o triângulo de segurança com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

S	L15	Veículo com o limpador de pára-brisa inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M36	Utilizar na limpeza interna ou externa do veículo, substância que prejudique a saúde, a segurança ou o conforto do usuário.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M37	Veículo com banco, antiderrapante, balaústre, corrimão, coluna, degrau ou estribo solto, quebrado, trincado, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M38	Veículo com o conjunto do espelho retrovisor interno ou externo quebrado, trincado, inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M39	Veículo com o extintor de incêndio descarregado, data de validade vencida, inexistente ou com o lacre violado.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M40	Veículo com o cinto de segurança inoperante, com defeito, em mau estado de conservação, inexistente ou não sendo utilizado pelo condutor.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M41	Veículo estacionado ou parado sobre a faixa de travessia de pedestres, no Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M42	Veículo trafegando com porta aberta.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M43	Veículo trafegando com faróis baixos apagados nos corredores exclusivos, faixas de rolamento seletivas ou segregadas, estações ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M44	Permitir o transporte de cargas perigosas, inflamáveis, pontiagudas ou cortantes (gasolina, botijão de gás, álcool, espelho,	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		vidro, vara de pescar, tubo, entre outras).						
S	M45	Operar em velocidade incompatível com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, logradouros estreitos, paradas de embarque e desembarque, estações ou Terminais de Transferência, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo iminente a usuários ou terceiros.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M46	Deixar de utilizar equipamentos de proteção individual (EPI), determinados pela autoridade competente, bem como pela SPTrans, nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
S	M47	Deixar de sinalizar e isolar área de execução de serviços de manutenção que traga riscos aos usuários ou que interfira na circulação ou operação dos corredores exclusivos, Estações ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M48	Motorista fazendo uso em trânsito de sistema de telefonia celular, fone de ouvido, viva-voz ou manter instalado rádio de comunicação (PX, PY), ou qualquer outro sistema de comunicação não autorizado pela SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G51	Veículo estacionado ou parado afastado do meio-fio obrigando os passageiros a embarcarem ou desembarcarem na pista de rolamento.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G52	Veículo com pneus em desacordo com as normas técnicas em vigência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	G53	Motorista fazendo uso de calçado impróprio para a função (calçado aberto, não preso ao pé ou com salto superior a 3 cm.)	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G54	Veículo efetuando testes de funcionamento em vias públicas ou Terminais de	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		Transferência, tais como: freio, motor, buzina, entre outros.					RESAM	
S	G55	Modificar as características originais de fábrica do veículo, sem prévia autorização da autoridade competente e da SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
S	G56	Veículo com equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade (tacógrafo) inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G57	Trafegar acima do limite de velocidade permitido (60Km/h), ou daquele, igual ou inferior estabelecido por sinalização viária do trecho onde tiver lugar a leitura do disco do tacógrafo.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo em caso de reincidência
S	G58	Operar com tacógrafo alterado, não-inspecionado, fora dos padrões de especificação, sem disco de leitura ou com disco de leitura reutilizado, ou com disco de leitura sem registro do prefixo do veículo, ou com disco de leitura sem indicação da data, ou, de qualquer forma, apresentar disco de leitura sem esses registros, com os registros ilegíveis ou adulterados.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	G59	Veículo derramando combustível ou lubrificante.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G60	Permitir o embarque ou desembarque de passageiros fora do ponto determinado, exceto os casos previstos em Lei.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G61	Ultrapassar outro veículo em movimento no interior do Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G62	Veículo trafegando com usuários pingentes.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

							RESAM	
S	G63	Remover, destruir ou, de qualquer forma, impedir o regular funcionamento do dispositivo de monitoramento eletrônico (AVL).	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	GR26	Veículo com o sistema de freios com defeito, como: serviço, auxiliar ou de estacionamento.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo
S	GR27	Deixar usuário utilizar o painel ou tampa do motor dianteiro como assento, bem como viajar no posto do motorista ou do cobrador ou em local não permitido.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR28	Permitir ou praticar o depósito de material inflamável, explosivo ou tóxico no interior do Terminal de Transferência sem prévia autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR29	Deixar de prestar socorro ou atendimento a vítimas de mal súbito, bem como deixar de realizar os registros pertinentes a cada fato.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR30	Qualquer um dos componentes da tripulação do veículo, funcionário de controle externo da operação, funcionário ligado aos serviços de manutenção, limpeza ou venda de bilhetes ou qualquer outro funcionário ligado à atividade de contato com o público apresentar-se em estado de embriagues alcoólica ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo, quando aplicável
S	GR31	Ingerir bebida alcoólica ou qualquer substância tóxica em serviço.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR32	Utilizar veículo vinculado ao sistema para promover, incentivar, participar ou induzir algazarras, manifestações e depredações que atentem contra a ordem pública.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

S	GR33	Dificultar, retardar ou impedir a ação da fiscalização da SPTrans, ou evadir-se do local.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo, quando aplicável
S	GR34	Condutor envolvido em acidente de trânsito, evadir-se do local.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR35	Utilizar de meios enganosos, fraudulentos, inovação artificiosa para obter aprovação em vistoria veicular.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	GR36	Motorista do veículo com a Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de 30 dias, categoria incompatível ou inabilitado.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo
S	GR37	Conduzir o veículo de modo a comprometer a segurança dos usuários ou de terceiros.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR38	Portar arma de qualquer natureza.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR39	Usar equipamento com defeito mecânico ou eletrônico de medição, aferição ou arrecadação, instalado no veículo vinculado ao serviço, bem como na garagem, oficina ou escritório, de forma que comprometa o funcionamento do equipamento ou de informações.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo, quando aplicável
S	GR40	Veículo com pára-brisa em desacordo com legislação vigente.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR41	Aceitar ou comercializar bilhete de passagem ou cartão não expressamente autorizado pela SMT ou SPTrans ou diferente das tarifas vigentes.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR42	Omitir ou rasurar informações nos documentos relativos à prestação de contas de venda antecipada de bilhete único, cartão	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		ou crédito eletrônico (PVP/Bilheterias).						
S	GR43	Adotar procedimento irregular na operação colocando os usuários em perigo iminente.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	GR44	Motorista do veículo com a Credencial do Curso de Formação de Condutores vencida.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
S	GR45	Deixar de informar, de imediato, a ocorrência de acidentes com vítimas, envolvendo quaisquer veículos automotivos do sistema de transporte coletivo municipal, ocorrido em via pública ou segregada	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

--

PENALIDADES DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO SUBSISTEMA ESTRUTURAL

Constitui infração do Descumprimento das Obrigações Contratuais, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PERÍODO	PENALIDADE	PERÍODO	PENALIDADE	OBSERVAÇÕES
C	SE01	A garagem não atender as especificações do Anexo V do Edital tendo decorrido o prazo para tal.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 500,00	após 30 dias de atraso	Rescisão contratual	
C	SE02	Não implantar centro operacional da concessionária COC e centro operacional de terminais COT, conforme especificações contidas nos Anexos V e VI do Edital.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 500,00	após 30 dias de atraso	Rescisão contratual	
C	SE03	Não implantar em conjunto com as concessionárias das demais áreas, o Centro de Controle Operacional CCO, conforme padrões e especificações estabelecidas nos Anexos 5.3.1 e VI do Edital.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 500,00	após 30 dias de atraso	Rescisão contratual	
C	SE04	Não disponibilizar pelo menos 01 veículo por linha adaptado para acesso de pessoa deficiente decorrido o prazo para tal.	por até 90 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SE05	Não disponibilizar veículos adaptados para o serviço de Atendimento Especial – ATENDE, conforme especificações do Anexo IV do Edital e as distribuições quantitativas, decorrido o prazo legal, conforme Anexo 8.1.6 do edital.	por até 90 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SE06	Não obter certificações de qualidade	por até 90	Multa Diária	após 90 dias	Multa Diária	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		(série NBR ISO-9.001) e Ambiental (série NBR ISO/14.001).	dias de atraso	de R\$ 250,00	de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	de R\$ 500,00	
C	SE07	Não cumprir as determinações para atendimento de Operações Especiais.	-	Multa por veículo de R\$ 1000,00	-	-	
C	SE08	A concessionária não der início a operação do serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da expedição da Ordem de Serviço.	-	Advertência Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual, no caso de ultrapassar o limite de 5 dias de atraso
C	SE09	Não efetuar a entrega da programação dos serviços e das linhas até o 15º dias após a emissão da Ordem de serviço.	-	Advertência Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual, no caso de ultrapassar o limite de 5 dias de atraso
C	SE10	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 4º do contrato de concessão, infrações consideradas leves.	-	Advertência Escrita	-	-	
C	SE11	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 4º do contrato de concessão, infrações consideradas médias.	-	Multa de R\$ 500,00	-	-	
C	SE12	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 4º do contrato de concessão, infrações consideradas graves.	-	Multa de R\$ 1.000,00	-	-	

PENALIDADES DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO SUBSISTEMA LOCAL

Constitui infração do Descumprimento das Obrigações Contratuais, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PERÍODO	PENALIDADE	PERÍODO	PENALIDADE	OBSERVAÇÕES
C	SL01	Não disponibilizar pelo menos 01 veículo por linha adaptado para acesso de pessoa deficiente decorrido o prazo para tal.	por até 90 dias de atraso.	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SL02	Não obter certificações de qualidade (série NBR ISO-9.001) e Ambiental (série NBR ISO/14.001).	por até 90 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SL03	Deixar de adaptar a frota conforme anexo V do Edital no prazo previsto.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa por veículo de R\$ 1000,00	após 30 dias de atraso	Rescisão contratual	
C	SL04	Deixar de cumprir as determinações para atendimento de Operações Especiais.	-	Multa por veículo de R\$ 1000,00	-	-	
C	SL05	A permissionária não der início a operação do serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da expedição da Ordem de Serviço.	-	Advertência Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual se ultrapassado o prazo concedido
C	SL06	Não efetuar a entrega da programação dos serviços e das linhas até o 15º dias após a emissão da Ordem de serviço.	-	Advertência Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual se ultrapassado o prazo concedido
C	SL07	Não solicitar vistoria da Frota e Garagens até 10 (dez) dias anteriores à data do início da operação.	-	Advertência Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual se ultrapassado o prazo concedido
C	SL08	Descumprimento das obrigações	-	Advertência	-	-	

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

		estatuídas na Cláusula 11ª do contrato de permissão, infrações consideradas leves.		Escrita			
C	SL09	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 11ª do contrato de permissão, infrações consideradas médias.	-	Multa de R\$ 500,00	-	-	
C	SL10	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 11ª do contrato de permissão, infrações consideradas graves.	-	Multa de R\$ 1.000,00	-	-	
C	SL11	A garagem não atender as especificações do Anexo V do Edital tendo decorrido o prazo para tal.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 500,00	após 30 dias de atraso	Rescisão Contratual	

Data da sessão	Nome dos membros presentes	Total de recursos julgados na sessão	Natureza das multas Portaria 097/05	Data do ingresso do recurso	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - indicando o número e a natureza das multas aplicadas	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - indicando o resultado do julgamento atribuído pela comissão
			Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: ----- ----- Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão eficiência: Provimento negado - padrão segurança:
			Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: ----- ----- Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão eficiência: Provimento negado - padrão segurança:
			Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: ----- ----- Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão

			DJ/SJU/ BIBLIOTECA			eficiência: Provimento negado - padrão segurança:
			Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: ----- ----- Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão eficiência: Provimento negado - padrão segurança:
Assessoria jurídica para gestão de sanções e multas - Relatório Multas - /2007 - a Comissão						
Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - classificação das multas (Provimento negado ao recurso)	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - indicando se há reincidência e quantas, conforme art. 13	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa.	Hipóteses dos arts. 16, 17, 18.	Encaminhamento - art. 19		

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

[MENU](#)**RETIFICAÇÃO DE PORTARIA E ANEXO PUBLICADOS NO DOC DE 01/12/07 POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO****Port. 168/07-SMT.GAB****ONDE SE LÊ:** "... Art. 9º -"**a) 2 (dois)** membros titulares e 2 (dois) suplentes, indicados pelo Secretário Municipal de Transportes;**b) 1 (um)** membro titular e 1 (um) suplente representando o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo - SPURBANUSS; ..."**LEIA-SE:** "... Art. 9º -"**a) 3 (três)** membros titulares e 3 (três) suplentes indicados pelo Secretário Municipal de Transportes;**c) 1 (um)** membro titular e 1 (um) membro suplente representando o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo -

SPURBANUSS e 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente indicados pelos permissionários, por meio de documento assinado pela maioria de seus representantes legais; ..."

ONDE SE LÊ: "...Art. 10 -"**§ 1º** - O prazo para interposição do recurso para a 2ª Instância é de 5 (cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data do julgamento do recurso interposto perante as Comissões de Infrações e Multas, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para o seu julgamento. ..."**LEIA-SE:** "...Art. 10 -"**§ 1º** - O prazo para interposição do recurso para a 2ª Instância é de 5 (cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data da ciência do julgamento do recurso interposto perante as Comissões de Infrações e Multas, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para o seu julgamento. ..."**ANEXO I DA PORTARIA N.º 168/07-SMT.GAB****ONDE SE LÊ:** Código G57**LEIA-SE:** Código GR46**ONDE SE LÊ:** Código G58**LEIA-SE:** Código GR47**ONDE SE LÊ:** Código G63**LEIA-SE:** Código GR48

[MENU](#)

**RETIFICAÇÃO DA RETIFICAÇÃO DE PORTARIA-(DOC DE 19.12.07)
PUBLICADA NO DOC DE 18/12/07, POR TER SAÍDO COM INCORREÇÃO**

Port. 168/07-SMT.GAB

ONDE SE LÊ: "... Art. 9º"

a) 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes indicados pelo Secretário Municipal de Transportes;

c) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente representando o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo - SPURBANUSS e 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente indicados pelos permissionários, por meio de documento assinado pela maioria de seus representantes legais; ..."

LEIA-SE: "... Art. 9º"

a) 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes indicados pelo Secretário Municipal de Transportes;

b) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente representando o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo - SPURBANUSS e 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente indicados pelos permissionários, por meio de documento assinado pela maioria de seus representantes legais; ..."

PORTARIA 168/07- SMT – GAB-(REPUBLICAÇÃO DOC. 20.12.07)

ALEXANDRE DE MORAES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de readequação do Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, instituído pela Portaria n. 097/05 – SMT-GAB, de 7 de novembro de 2005;

CONSIDERANDO a necessidade de se instituir o Regimento Interno das Comissões de Julgamento das sanções e multas previstas no RESAM, conforme o art. 3º da Portaria n. 091/07 – SMT-GAB, de 12 de julho de 2007;

CONSIDERANDO a conveniência e maior eficiência que decorre da disciplina conjunta do Regulamento de Sanções e Multas e do Regimento Interno das Comissões que apreciam os recursos administrativos interposto pelos concessionários e permissionários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo;

RESOLVE:

Art. 1º - O Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, instituído pela Portaria n. 097/05 – SMT-GAB, de 7 de novembro de 2005, que disciplina sanções e multas aplicáveis aos concessionários e permissionários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo, e o **Regimento Interno das Comissões de Julgamento de Recursos** de autos de infrações lavrados em decorrência de sanções e multas previstas no RESAM, passam a vigorar nos termos disciplinados na presente Portaria.

Titulo I – Do Regulamento de Sanções e Multas – RESAM

Art. 2º - O descumprimento das obrigações estatuídas na Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, no Decreto nº 42.736, de 19 de dezembro de 2002, no contrato de concessão e de permissão do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros e demais normas aplicáveis acarretará aos operadores as seguintes sanções:

I - Advertência escrita;

II - Multa contratual;

III - Apreensão do veículo;

IV - Afastamento do empregado;

V – Intervenção total ou parcial;

VI - Rescisão do contrato;

VII - Declaração de caducidade da concessão.

Art. 3º - Nos termos da legislação e contratos vigentes fica instituído o Regulamento de Sanções e Multas - RESAM, a ser aplicado aos concessionários e permissionários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros através de enquadramentos estabelecidos pelo não atendimento de:

I - Padrão de QUALIDADE;

II - Padrão de EFICIÊNCIA;

III - Padrão de SEGURANÇA.

Art. 4º - O RESAM será aplicado através da fiscalização administrativa e operacional exercida pela São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS, especialmente contratada por esta Secretaria para a prestação de serviços voltados para a gestão do transporte coletivo, em consonância com o artigo 29 da Lei nº 13.241/01, ou diretamente pela Secretaria Municipal de Transportes nos casos de sua exclusiva competência.

Art. 5º - Ocorrendo infração será lavrado o "Auto de Infração - AI", conterá, conforme o enquadramento, os itens abaixo:

I - Data da emissão;

II - Número do AI;

III - Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa;

IV - Prefixo do veículo ou placa, quando aplicável;

V - Data e hora da ocorrência;

VI - Sentido (CB, BC, Circular), quando aplicável;

VII - Local (TP, TS, Percurso), quando aplicável;

VIII - Código, tipo e denominação da linha, quando aplicável;

IX - Código alfa numérico correspondente à infração cometida conforme descrição dos Anexos desta Portaria e, quando o caso, breve descrição da infração;

X - Endereço - Local da constatação da infração, quando for o caso;

XI - Valor da multa expresse em reais, quando aplicável;

XII - Prazo para correção, quando aplicável;

XIII - Número do A.I. anterior na hipótese de reincidência;

XIV - Número ou nome do documento de origem (Boletim de Irregularidade, Demonstrativo de Descumprimento de Partida, ou outro);

Art. 6º - O "Auto de Infração - AI", será expedido e disponibilizado ao operador pela SPTRANS, através do documento "Protocolo de Entrega de Auto de Infração", no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da ocorrência.

Parágrafo Único - O "Protocolo de Entrega de Auto de Infração" deverá ser retirado pelo operador, diariamente, no Setor de Protocolo, no horário comercial.

Art. 7º - O operador autuado poderá recorrer, através de defesa escrita, apresentada no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data da ciência.

§ 1º - A não interposição de recurso no prazo e forma estabelecidos no Título II da presente Portaria importará na realização de desconto do valor da respectiva multa na remuneração existente em favor do operador.

§ 2º - Se a decisão do recurso mencionado no parágrafo anterior for desfavorável e decorrer o prazo para a interposição de recurso para a 2ª instância, no prazo e forma estabelecidos no Título II da presente Portaria, o valor da multa será descontado da remuneração.

Art. 8º - A defesa deverá ser apresentada para a Comissão de Infrações e Multas - COMIM, órgão colegiado, instituído pelo Secretário Municipal de Transportes para apreciar e julgar os processos decorrentes das autuações previstas no RESAM, na forma prevista no Título II da presente Portaria.

Art. 9º - Serão instituídas tantas comissões quantas forem necessárias para o julgamento dos recursos, que serão constituídas de:

a) 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes indicados pelo Secretário Municipal de Transportes;

b) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente representando o Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros da Cidade de São Paulo – SPURBANUSS e 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente indicados pelos permissionários, por meio de documento assinado pela maioria de seus representantes legais;

§ 1º - A presidência da comissão será indicada pelo Secretário Municipal de Transportes.

§ 2º - As Comissões de Infrações e Multas deverão seguir as determinações do Regimento Interno definido no Título II da presente Portaria.

Art. 10 - Da decisão proferida pelas Comissões de Infrações e Multas caberá recurso, na forma e prazos previstos no Título II da presente Portaria, que será recebido sem efeito suspensivo, desde que apresentada caução em dinheiro do valor correspondente à sanção ou multa aplicada pela COMIM.

§ 1º - O prazo para interposição do recurso para a 2ª Instância é de 5 (cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data da ciência do julgamento do recurso interposto perante as Comissões de Infrações e Multas, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para o seu julgamento.

§ 2º - Não sendo conhecido, ou tendo sido negado provimento ao recurso previsto no *caput* do presente artigo, o valor da caução em dinheiro prestada será retido para o pagamento da multa respectiva, sem prejuízo do desconto da remuneração nos casos em que houver a necessidade de se proceder a correção dos valores das multas devidas.

§ 3º - Provido o recurso previsto no *caput* do presente artigo, ocorrerá a realização de crédito no valor da caução, em favor do operador.

Art. 11 - Para efeito de aplicação das sanções e multas, as infrações previstas no Anexo - I desta Portaria estão classificadas de acordo com os padrões de QUALIDADE, EFICIÊNCIA e SEGURANÇA em LEVES, MÉDIAS, GRAVES e GRAVÍSSIMAS estabelecendo também o prazo de correção, cabendo, a cada grupo, as seguintes penalidades:

I - As infrações LEVES serão punidas com advertência e, na reincidência, com multa de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais);

II - As infrações MÉDIAS serão punidas com multa de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais), consideradas em dobro no caso de reincidência;

III - As infrações GRAVES serão punidas com multa de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), consideradas em dobro no caso de reincidência;

IV - As infrações GRAVÍSSIMAS serão punidas com multa de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), consideradas em dobro no caso de reincidência;

Art. 12 – As infrações decorrentes do descumprimento das partidas programadas estão previstas no código G-48 do Padrão de Eficiência.

Parágrafo Único - Não será caracterizada a infração, quando ocorrer compensação de uma partida na faixa horária anterior, ou posterior, àquela onde foi constatada a defasagem, exceto na primeira e última faixa horária verificada.

Art. 13 - A reincidência restará caracterizada se, no período de 45 (quarenta e cinco) dias para as infrações de natureza LEVE, 90 (noventa) dias para as infrações de natureza MÉDIA, 180 (cento e oitenta) dias para as infrações de natureza GRAVE, e 360 (trezentos e sessenta) dias para as infrações de natureza GRAVÍSSIMA, ocorrer nova infração do mesmo enquadramento, pelo mesmo prefixo ou linha.

Art. 14 - A cada infração cometida serão computados os seguintes números de pontos:

I - leve - 0,2 ponto;

II - média - 0,3 ponto;

III - grave - 0,7 ponto;

IV - gravíssima - 1 ponto.

Art. 15 - A pontuação será cumulativa e ponderada pelo número de veículos de cada frota de referência para o subsistema estrutural e da frota patrimonial para o subsistema local, sendo os pontos atribuídos a cada infração cometida, que prescreverão nos seguintes prazos, contados da data da infração:

I - Infrações Leve e Média - seis meses;

II - Infrações Grave e Gravíssima - doze meses.

§ 1º - Para efeito do cálculo da pontuação ponderada, serão consideradas as frotas de referência e patrimonial informadas pela SPTRANS, relativas ao último dia útil do mês anterior.

§ 2º - A pontuação ponderada será acumulada por contrato de concessão ou termo de permissão.

§ 3º - A pontuação ponderada será apurada todo primeiro dia útil de cada mês, e comunicada formalmente aos operadores, independentemente de qualquer outra medida que venha a ser adotada pela SPTRANS.

§ 4º - A interposição dos recursos previstos nessa Portaria interrompe a contagem do prazo prescricional.

Art. 16 - Apurada pontuação ponderada igual ou superior a 1,4 (um vírgula quatro) e inferior a 2,4 (dois vírgula quatro) pontos por veículo, o operador será submetido a procedimento administrativo pela SPTRANS, visando à aplicação da penalidade contratual disposta na letra “a” do item 5.6 do contrato de concessão ou na letra “a” do item 15.4 do termo de permissão.

Parágrafo Único - Caso o operador permaneça com a pontuação ponderada dentro do intervalo de pontos estabelecido no caput deste artigo, por mais 3 (três) meses consecutivos, será aplicada a sanção imediatamente superior, na forma do *caput* do artigo seguinte.

Art. 17 - Apurada pontuação ponderada igual ou superior a 2,4 (dois vírgula quatro) e inferior a 3,4 (três vírgula quatro) pontos por veículo, o operador será submetido a procedimento administrativo pela SPTRANS visando à aplicação da penalidade contratual disposta na letra “b” do item 5.6 do contrato de concessão ou na letra “b” do item 15.4 do termo de permissão.

Parágrafo Único - Caso o operador permaneça com a pontuação ponderada dentro do intervalo de pontos estabelecido no caput deste artigo, por mais 3 (três) meses consecutivos, será aplicada a sanção imediatamente superior, na forma do *caput* do artigo seguinte.

Art. 18 – Apurada pontuação acumulada e ponderada igual ou superior a 3,4 (três vírgula quatro) e inferior a 7 (sete) pontos por veículo, o operador será submetido a procedimento administrativo pela SPTRANS, visando à aplicação da penalidade contratual prevista na letra “c” do item 5.6 do contrato de concessão ou na letra “c” do item 15.4 do termo de permissão.

Parágrafo Único - Caso o operador permaneça com a pontuação ponderada dentro do intervalo de pontos estabelecido no caput deste artigo, por mais 3 (três) meses consecutivos, poderá ser aplicada a sanção imediatamente superior, na forma do artigo seguinte.

Art. 19 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nos artigos 16,17 e 18, a Secretaria Municipal de Transportes poderá propor a caducidade da concessão ou da permissão, sempre que considerar relevante a pontuação atingida, observadas as disposições dos § 3º do art. 34 e § 2º do art. 37 do Decreto nº 42.736/02, e sempre que a operadora atingir o limite de 7 (sete) pontos por veículo.

Art. 20 - O descumprimento das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Transportes, acarretará ao concessionário as penalidades constantes dos contratos, codificadas conforme Anexo - II (dois) desta Portaria, cuja competência para sua aplicação é exclusiva do Secretário Municipal de Transportes.

Parágrafo Único – Nessas hipóteses, o concessionário será notificado da aplicação das penalidades, sendo-lhe assegurado o direito de defesa.

Art. 21 - O descumprimento das obrigações contratuais, sem justificativa aceita pela Secretaria Municipal de Transportes, acarretará ao permissionário as penalidades constantes dos contratos, codificadas conforme Anexo - III (três) desta Portaria, cuja competência para sua aplicação é exclusiva do Secretário Municipal de Transportes.

Parágrafo Único - Nessas hipóteses, o permissionário será notificado da aplicação das penalidades, sendo-lhe assegurado o direito de defesa.

Art. 22 - A Secretaria Municipal de Transportes poderá intervir no serviço delegado, com o fim de assegurar a adequação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

§ 1º – A intervenção, prevista na Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001, quando parcial, incidirá apenas nas linhas em que tenham sido constatadas infrações de natureza grave.

§ 2º – A intervenção parcial será suspensa pelo Secretário Municipal de Transportes, assim que constatada a normalização do serviço.

Art. 23 - Declarada a intervenção, a Secretaria Municipal de Transportes deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes e apurar responsabilidades, assegurando o direito de defesa.

Parágrafo Único - O procedimento administrativo mencionado no *caput* deverá ser concluído em 30 (trinta) dias, prorrogáveis por períodos idênticos, desde que necessário para a comprovação das causas determinantes e apuração das responsabilidades.

Art. 24 - A intervenção se dará exclusivamente com a finalidade de garantir a continuidade do serviço e pelo período máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - Verificada a impossibilidade do restabelecimento do serviço na forma prevista em contrato, encerrar-se-á a intervenção e decretar-se-á a caducidade da concessão ou permissão.

§ 2º - Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à operadora, precedida de prestação de contas pelo interventor.

Art. 25 - A Secretaria Municipal de Transportes poderá, antes de decretada a intervenção na prestação do serviço público, determinar que os demais concessionários ou permissionários prestem o serviço na área desatendida.

Parágrafo Único - Poderão, ainda, ser adotados outros instrumentos jurídicos vigentes para a normalização da prestação do serviço, tais como requisição temporária dos recursos materiais e humanos, conforme disposto no artigo 6º, § 2º, da Lei nº 13.241, de 12 de dezembro de 2001.

Art. 26 - A Secretaria Municipal de Transportes poderá intervir nas permissões, aplicando-se, no que couber, as disposições contidas na regulamentação vigente.

Parágrafo Único - A intervenção ocorrerá na área onde se verificar os pressupostos para sua decretação, podendo ou não abranger todos os operadores.

Art. 27 – Cumpre à SPTRANS a instauração de procedimento administrativo que tenha a finalidade de apurar os fatos e propor a aplicação de penalidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao concessionário no qual se verifique:

I - Dano ou adulteração no equipamento mecânico ou eletrônico de medição, aferição, arrecadação, gerenciamento ou localização que venha a ser instalado por determinação da SMT ou SPTRANS, nos veículos vinculados ao

serviço, bem como em suas instalações, garagens, oficinas e escritórios, de forma que comprometa o funcionamento do equipamento;

II - Motorista, cobrador, fiscal, representante ou preposto da concessionária portando ou utilizando durante a jornada de trabalho quaisquer outros cartões que não sejam operacionais, funcionais, ou com a sua própria identificação.

III - Uso de meios enganosos, fraudulentos, inovação artificiosa para apropriar-se de tarifa pública ou importâncias de usuário, inclusive a fim de induzir a erro a SMT ou SPTRANS.

IV - A não devolução de equipamentos de controle, medição ou aferição como "Chip SAM (Security Access Module)", "transponder", "Chip do AVL (Automatic Vehicle Location)" ou outros embarcados no veículo quando de sua exclusão ou baixa no sistema.

V - Uso ou apresentação de documentos falsificados ou adulterados.

VI - Motorista, cobrador, fiscal, representante ou preposto da concessionária ameaçar, atentar contra a vida ou agredir o público em geral, funcionários da SMT, empregados da SPTRANS ou a serviço da mesma.

Parágrafo Único - A critério da SPTRANS, o veículo no qual se constatar a irregularidade, poderá ficar retido no pátio, até a realização de perícia técnica, assim como poderá ser suspensa a sua operação durante o prazo de tramitação do processo administrativo, podendo ser determinado à operadora o afastamento do empregado da atividade, que deu causa a irregularidade.

Art. 28 - Cumpre à SPTRANS a instauração de procedimento administrativo que tenha a finalidade de apurar os fatos e propor a aplicação de penalidades, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao permissionário no qual se verifique:

I - Dano ou adulteração no equipamento mecânico ou eletrônico de medição, aferição, arrecadação, gerenciamento e localização que venha a ser instalado por determinação da SMT ou SPTRANS, nos veículos vinculados ao serviço, bem como em suas instalações, garagens, oficinas e escritórios, de forma que comprometa o funcionamento do equipamento;

II - Operador autônomo, motorista, cobrador ou fiscal portando ou utilizando durante a jornada de trabalho quaisquer outros cartões que não sejam operacionais, funcionais, ou com a sua própria identificação.

III - Uso de meios enganosos, fraudulentos, inovação artificiosa para apropriar-se de tarifa pública ou importâncias de usuário, inclusive a fim de induzir a erro a SMT ou SPTRANS.

IV - A não devolução de equipamentos de controle, medição ou aferição como "Chip SAM (Security Access Module)", "transponder", "Chip do AVL (Automatic Vehicle Location)" ou outros, embarcados no veículo quando de sua exclusão ou baixa no sistema.

V - Uso ou apresentação de documentos falsificados ou adulterados.

VI - Operador autônomo, motorista, cobrador, auxiliares, fiscal, representante ou preposto da permissionária ameaçar atentar contra a vida ou agredir o público em geral, funcionários da SMT, empregados da SPTRANS ou a serviço da mesma.

§ 1º - A critério da SPTRANS o veículo no qual se constatar a irregularidade, poderá ficar retido no pátio, até a realização de perícia técnica.

§ 2º - Ficarão suspensos o operador autônomo, seus auxiliares e o veículo, objeto do procedimento administrativo, durante o prazo de tramitação do processo.

Art. 29 - A fiscalização exercida pela SPTRANS, poderá suspender ou lacrar o veículo sempre que detectar irregularidades que comprometam a segurança dos passageiros ou de terceiros.

Parágrafo Único - O veículo suspenso ou lacrado será administrativamente reintegrado ao sistema após a operadora informar ter sanado a irregularidade, e a constatação realizada através de nova vistoria pela SPTRANS.

Art. 30 - O preço da operação de apreensão do veículo do sistema, com vistas ao cumprimento das disposições contidas na Lei 13.241/01, e nesta Portaria será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 31 - O veículo do sistema apreendido, enquanto permanecer no pátio de estacionamento da SPTRANS, ficará sujeito ao pagamento de estadia, cujo valor encontra-se estabelecido no Decreto Municipal que Fixa o valor dos preços dos serviços prestados por Unidades da Prefeitura do Município de São Paulo.

§ 1º - Cada estadia terá o período de 12 (doze) horas.

§ 2º - Para fins de pagamento da estadia, também serão computadas as frações de cada período, na razão de 1/12 (um doze avos) dos valores previstos nos incisos I a IV.

Art. 32 - Sem prejuízo da defesa, o operador fica obrigado a comunicar à SPTRANS, por escrito e em 24 (vinte e quatro) horas, fato alheio à prestação do serviço, ocorrido independentemente de sua vontade e que não tenha conseguido evitar, que tenha concorrido para a caracterização de qualquer infração prevista nesta Portaria e Anexos, sendo indispensável anexar a cópia do Boletim de Ocorrência Policial (B.O.), quando se tratar de fato tipificado como infração penal.

§ 1º - Efetivada a comunicação e comprovada a existência do referido fato, as penalidades eventualmente impostas ficarão suspensas durante o prazo previsto para correção da respectiva infração.

§ 2º - Até que cessem os efeitos do fato comunicado, o operador se sujeitará às penalidades cabíveis, inclusive a reincidência.

§ 3º - A SPTRANS, poderá dilatar os prazos previstos no Anexo I, para correção da respectiva infração, desde que a gravidade do fato e as condições objetivas para saná-lo assim o exijam.

Art. 33 - Os preços previstos nesta Portaria serão reajustados periodicamente, a critério da Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 34 – As multas e sanções previstas nesta Portaria deixarão de ser impostas apenas na hipótese de caracterização de força maior, devidamente comprovada e reconhecida pela Secretaria Municipal de Transportes, não isentando o operador das demais sanções previstas em contrato.

Art. 35 - A execução de qualquer tipo de serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, sem a correspondente delegação ou autorização do Poder Público, será considerada ilegal e caracterizada como clandestina, sujeitando aos infratores as sanções previstas no artigo 34 da Lei 13.241/01.

Art. 36 - Fica a SPTRANS autorizada a exercer a fiscalização de qualquer tipo de serviço clandestino de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros e a aplicar aos infratores as sanções previstas no artigo 34 da Lei nº 13.241/01.

Parágrafo Único - Fica a cargo da SPTRANS a designação dos empregados autorizados a realizar a fiscalização de que trata este artigo.

Título II – Do Regimento Interno das Comissões de Julgamento de Recursos de Infrações do Regulamento de Sanções e Multas - RESAM

Art. 37 - Compete às Comissões referidas no art. 8º da presente Portaria apreciar e julgar os recursos interpostos contra as penalidades aplicadas aos concessionários e permissionários do serviço de transporte coletivo de passageiros, em decorrência das autuações previstas no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, instituído na Título I desta Portaria.

Art. 38 - As Comissões serão nomeadas pelo Secretário Municipal de Transportes, nos termos da legislação vigente, e serão supervisionadas pela Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, a quem compete:

- I** – estabelecer e divulgar o calendário das sessões das Comissões;
- II** - solicitar da Secretaria Municipal de Transportes os recursos necessários para o funcionamento das Comissões;
- II** – sugerir a criação, extinção, ou agrupamento das Comissões;
- III** – convocar, se necessário, reuniões plenárias e extraordinárias das Comissões;
- IV** - encaminhar as sugestões e reivindicações das Comissões;
- V** – encaminhar ao Secretário Municipal de Transportes as justificativas de faltas dos membros das Comissões às sessões de julgamento;
- VI** - receber as citações e intimações, encaminhar para cumprimento ou adotar as providências cabíveis, no caso de eventuais determinações judiciais decorrentes das atribuições das Comissões;
- VII** - prestar as informações disponíveis à Secretaria Municipal de Transportes e a SPTRANS para as providências de defesa judicial dos membros das Comissões no regular exercício de suas atribuições.

Parágrafo Único - Para os impedimentos do titular da Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, um substituto será nomeado pelo Secretário Municipal de Transportes.

Art. 39 - A distribuição de todos os recursos interpostos entre as Comissões e, em cada Comissão, entre seus membros, adotará o princípio do sorteio e da sucessividade entre todos os integrantes em exercício em cada uma das Comissões.

§ 1º - O sorteio se dará por processamento eletrônico e aleatório.

§ 2º - Fica terminantemente vedada a redistribuição dos recursos entre as Comissões, exceto nas hipóteses de suspeição ou impedimento dos membros da Comissão, fato que será devidamente anotado, com a respectiva fundamentação, na ata de julgamento.

§ 3º - Os autos dos recursos, em nenhuma hipótese, deixarão a sala das Comissões.

Art. 40 - As comissões se reunirão, no mínimo, uma vez por semana, instaurando suas sessões de julgamentos dos recursos interpostos desde que presentes 3 (três) de seus membros ou suplentes.

Art. 41 – Verificado o *quorum* mínimo previsto no artigo anterior, as sessões das Comissões obedecerão a seguinte ordem:

I - abertura, pelo Presidente da Comissão;

II - leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

III – distribuição, nos termos presente Portaria, dos recursos interpostos após a sessão anterior;

IV – julgamento dos recursos anteriormente distribuídos;

V - apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados à Comissão;

VI - encerramento da sessão, com encaminhamento da ata respectiva para ciência da Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, que determinará o seu arquivamento.

Art. 42 - Os recursos serão julgados seguindo a ordem cronológica de interposição, obedecida a forma de distribuição descrita na presente Portaria.

Art. 43 - Os recursos constantes da pauta de julgamento serão sucintamente relatados pelos membros a que foram distribuídos e, após fundamentação e proposta de decisão, submetidos aos demais integrantes presentes na sessão.

§ 1º - Em nenhuma hipótese será admitida sustentação oral.

§ 2º - Conhecido ou não o recurso, os votos de cada integrante serão contados, declarando o Presidente da Comissão o resultado do recurso interposto.

§ 3º - O membro com voto vencido e divergente deverá redigi-lo, para que seja juntado aos autos.

§ 4º - Todo pedido de vista deverá ser fundamentado e será registrado na ata, não constituindo exceção para o disposto no § 3º do art. 39 da presente Portaria.

Art. 44 - Ao Presidente da Comissão, sem prejuízo do estabelecido nos dispositivos anteriores, compete:

- I - cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno;
- II - preencher os dados constantes da planilha contida no Anexo - IV da Presente Portaria;
- II - organizar a distribuição dos processos entre os membros da Comissão, observando o estatuído na presente Portaria;
- III - abrir, suspender e encerrar as sessões de julgamento;
- IV - resolver questões de ordem e apurar votos;
- V - encaminhar as proposições dos membros de sua Comissão à Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM;
- VI - as demais atribuições e responsabilidades de membro da Comissão.

Art. 45 – Compete também aos membros da Comissão:

- I - cumprir e fazer cumprir as disposições do regimento interno, devendo assinar o Termo de Posse, ato que deverá preceder a primeira reunião da Comissão que irá compor;
- II - comparecer às sessões de julgamento, e justificar suas ausências;
- III - apontar e fazer consignar na ata quaisquer ocorrências relativas à indevida distribuição dos recursos, nos termos da Presente Portaria, antes de iniciar o julgamento dos recursos de sua Comissão;

IV - assinar as atas das sessões de sua Comissão;

V - relatar, por escrito, o voto do recurso que lhe for distribuído, apresentando sua fundamentação, proferindo um dos seguintes resultados:

- a)** rejeição administrativa do recurso;
- b)** não conhecimento do recurso por intempestividade, ilegitimidade de parte, e/ou inobservância de regras procedimentais;
- c)** negar provimento ao recurso, com a manutenção da penalidade;
- d)** dar provimento parcial ao recurso, indicando a penalidade correta que deverá ser aplicada;
- e)** dar provimento ao recurso, cancelando da penalidade aplicada;

VI - relatar e fundamentar por escrito:

- a)** pedido de vista dos autos;
- b)** determinação de diligências;
- c)** declaração de impedimentos e suspeições nas mesmas hipóteses previstas no Código de Processo Civil (Lei n. 5.869, de 11 de janeiro de 1973), ou tenha participado da constituição da prova constante do recurso;

VII - discutir e decidir a matéria apresentada pelos demais membros da comissão;

VIII – apresentar assunto de relevância e sugestões, objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento de apreciação dos recursos;

IX – prestar as informações devidas quando questionados seus atos no regular exercício de suas atribuições;

X - encaminhar por escrito à Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM a constatação de eventual anomalia regimental não sanada no âmbito da sua Comissão.

§ 1º - A recusa imotivada e injustificada do desempenho das atribuições de membro da comissão, ou o comportamento desidioso, ardiloso ou evasivo, importará, pelo Presidente, Secretário, ou qualquer outro membro da Comissão na comunicação do fato à Assessoria Jurídica de Sanções e Multas – DP/SJU/ASM, que solicitará as providências devidas ao Secretário Municipal de Transportes.

§ 2º - Perderá o mandato o membro que:

I – não tiver a justificativa de sua falta aceita pelo Secretário Municipal de Transportes;

II - requerer ou solicitar diligências desnecessárias, procrastinando o julgamento de recursos;

III - comportar-se de maneira antiética, desidiosa, ardilosa, evasiva ou cometer ato atentatório à dignidade do exercício da função;

IV - alegar imotivada e injustificadamente suspeição ou impedimento nos recursos que lhe forem distribuídos;

V - descumprir disposição do regimento interno ou de normas administrativas aplicáveis à função de membro da Comissão;

Art. 46 – Verificados, na sessão de julgamento, impedimentos e suspeições do membro para o qual foi originalmente distribuído o recurso, o presidente deverá fazer a redistribuição entre os demais membros da comissão.

Art. 47– Um dos membros de cada comissão atuará como Secretário, a quem compete:

- I** - fazer constar das atas a justificativa das ausências dos membros às reuniões;
- II** - convocar reuniões extraordinárias, sempre que for necessário, em virtude de aumento da quantidade de recursos não julgados;
- III** – Comunicar à Assessoria Jurídica para Gestão de Sanções e Multas eventuais indícios de irregularidades das quais tome conhecimento ou relatadas pelos membros, dando ciência ao Presidente da Comissão;
- IV** - organizar e coordenar os trabalhos da equipe administrativa de apoio à Comissão;
- V** - organizar e supervisionar a distribuição de recursos materiais disponíveis;
- VI** - encaminhar à Assessoria Jurídica para Gestão de Sanções e Multas as consultas e solicitações de esclarecimentos ou quanto à interpretação da legislação, notadamente ao Regulamento de Sanções e Multas - RESAM;
- VII** - comunicar à Assessoria Jurídica para Gestão de Sanções e Multas eventuais desconformidades praticadas pelos membros das Comissões;

Art. 48 - A função de membro das Comissões não caracteriza vínculo empregatício, nem de prestação de serviço com a Secretaria Municipal de Transportes ou com a São Paulo Transporte S/A, não gerando obrigação previdenciária, fiscal ou securitária.

Art. 49 - Esta Portaria entrará em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação, revogando-se a Portaria n. 97/05 - SMT-GAB, de 7 de novembro de 2005, e demais disposições em contrário.

ALEXANDRE DE MORAES

Secretário Municipal de Transportes

PENALIDADES DO PADRÃO DA QUALIDADE
Constitui infração do padrão da Qualidade dos Serviços Prestados, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE	VALOR EM REAIS	REINCIDÊNCIA EM REAIS	PRAZO PARA CORREÇÃO	PRAZO PARA REINCIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Q	L01	Veículo com o conjunto da ignição do motor inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L02	Veículo com banco rasgado.	Advertência	-	R\$ 180,00	24 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L03	Veículo sem o documento de registro original da SPTrans ou fora do local e padrão determinados.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L04	Veículo estacionado em ponto terminal com as portas fechadas impedindo o acesso dos usuários.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L05	Trafegar desrespeitando a capacidade máxima legal de lotação do veículo.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	L06	Recusar ou deixar de prestar informações ou orientações ao usuário, quando solicitado.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M01	Veículo ou equipamento em mau estado de conservação ou em desacordo com o determinado pela SPTrans, no que se refere à padronização de identidade visual,	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	24 horas	Conforme art. 13 do RESAM	

		tais como: dimensões, localização e cores da pintura, lay-out interno, placas, legendas, números, prefixos e demais inscrições, inclusive, de publicidade ou qualquer outro item de comunicação visual.						
Q	M02	Veículo com letreiro ou qualquer uma das placas de comunicação visual inexistente ou em desacordo com a linha operada.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M03	Veículo com dispositivo destinado ao controle de emissão de ruído inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M04	Veículo com falta de limpeza interna.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M05	Veículo estacionado ou parado em ponto terminal com motor funcionando por tempo superior a 10 (dez) minutos.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M06	Transportar ou permitir o ingresso nos Terminais de Transferência, de volumes que atrapalhem a circulação ou ocupem assento do	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

		veículo, bem como de animais exceto os casos previstos em lei.						
Q	M07	Fumar no interior do veículo.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M08	Deixar de orientar os usuários, motoristas ou cobradores em operações especiais determinadas pela SPTrans (PAESE ou eventos específicos).	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M09	Deixar de atender a solicitação de transbordo de usuários embarcados em veículo do sistema, que por motivo de avaria ou acidente não possa prosseguir viagem.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M10	Deixar de organizar e orientar a formação de filas no embarque de usuários nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M11	Deixar de atualizar ou de manter em bom estado de conservação o painel de informações aos usuários, nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	M12	Deixar de adequar escadas rolantes de acordo com a demanda de usuários nos Terminais de	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do

		Transferência.						Terminal de Transferência
Q	M13	Veículo com ausência do selo de desinsetização ou com a data de validade vencida.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M14	Veículo em mau estado de conservação interna ou externa. (Lataria, pintura, pára-choque, ponteira de pára-choque, revestimento interno, escotilha de ventilação, anteparo, sanfona da articulação, entre outros)	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	M15	Veículo com o sistema de ventilação forçada ou ar condicionado inoperante.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G01	Veículo adaptado para pessoas deficientes, com elevador inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G02	Deixar de atender o sinal de embarque ou desembarque nos pontos de parada, tendo o veículo condições para tal.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G03	Veículo efetuando abastecimento ou manutenção com usuários a bordo.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G04	Veículo sem cobrador ou auxiliar,	Multa	R\$	R\$ 720,00	Imediato	Conforme	

		exceto com autorização da SPTrans.		360,00			art. 13 do RESAM	
Q	G05	Veículo permanecer estacionado ou parado no ponto do itinerário após o embarque ou desembarque de passageiros.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G06	Ultrapassar outro veículo de transporte em operação de embarque e desembarque nos pontos do itinerário.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G07	Deixar de receber ou de enviar a SPTrans, reclamações e sugestões dos usuários.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	G08	Deixar de orientar e acompanhar pessoas deficientes ou com dificuldade de locomoção dentro do perímetro de jurisdição do Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	G09	Omitir informações que possam alterar a rotina de operação do Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
Q	G10	Deixar de fornecer ao usuário troco correspondente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

Q	G11	Permitir ou veicular propaganda, publicidade, campanha ou anúncio que não seja previamente autorizada pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G12	Entreter-se com jogos em serviço.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G13	Deixar de operar o Sistema de Atendimento ao usuário.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G14	Motorista ou cobrador não habilitado a operar o elevador do veículo adaptado para pessoas deficientes.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	G15	Veículo com falta de limpeza externa.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	GR01	Tratar o usuário, o público ou funcionários e representantes da SMT ou SPTrans com falta de urbanidade.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	GR02	Praticar atos que atentem contra a moral e os bons costumes.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
Q	GR03	Não permitir injustificadamente o	Multa	R\$	R\$	Imediato	Conforme	

		embarque ou desembarque de passageiros com direito à gratuidade assegurada por Lei ou com expressa autorização da SPTrans.		720,00	1440,00		art. 13 do RESAM	
Q	GR04	Não permitir injustificadamente o embarque de passageiros nos veículos.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

PENALIDADES DO PADRÃO DA EFICIÊNCIA

Constitui infração do padrão da Eficiência dos Serviços Prestados, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE	VALOR EM REAIS	REINCIÊNCIA EM REAIS	PRAZO PARA CORREÇÃO	PRAZO PARA REINCIÊNCIA	OBSERVAÇÕES
E	L07	Deixar de utilizar uniforme, trajar-se inadequadamente para o exercício da função ou sem o crachá de identificação funcional.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	L08	Permitir ou exercer qualquer tipo de comércio no interior do veículo ou nos pontos terminais.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	L09	Deixar de manter em estoque	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme	Específico para

		materiais operacionais no Terminal de Transferência (ponto móvel, cones, fita zebra, cavaletes, etc).	cia				art. 13 do RESAM	administração do Terminal de Transferência
E	L10	Deixar de adotar política de administração de materiais compatível com o padrão exigido pela SPTrans.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M16	Veículo abandonado em via pública, nos corredores exclusivos, estações ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M17	Deixar de manter as condições de limpeza, conservação ou segurança do ponto terminal.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M18	Jogar qualquer tipo de detritos na via pública ou nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M19	Deixar de controlar, receber, devolver e dar acompanhamento adequado aos objetos achados e perdidos nos veículos ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M20	Deixar de manter comunicação visual em ponto terminal ou mantê-la em desacordo com a determinação da SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M21	Deixar de desligar a ignição do	Multa	R\$	R\$ 360,00	Imediato	Conforme	Específico para

		tróibus, quando da recolocação da alavanca na rede aérea.		180,00			art. 13 do RESAM	transporte coletivo sistema Tróibus
E	M22	Deixar de orientar os usuários, motoristas ou cobradores em relação às faixas de segurança ou de circulação interna nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	M23	Permitir o acesso ou estacionamento, nos Terminais de Transferência, de veículos de qualquer espécie que não sejam previamente autorizados pela SPTrans, inclusive quanto aos horários determinados.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	M24	Deixar de efetuar registro correspondente a entrada, permanência e saída de viaturas ou veículos de serviço nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	M25	Permitir a limpeza ou manutenção de veículos nas dependências do Terminal de Transferência, exceto com prévia autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M26	Deixar de manter a limpeza nas dependências ou equipamentos	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do	Específico para administração

		dos Terminais de Transferência.					RESAM	do Terminal de Transferência
E	M27	Permitir ou executar serviço de manutenção, não emergencial, que interfira diretamente na operação regular dos corredores exclusivos, Estações ou Terminais de Transferência em horários e locais sem a prévia autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M28	Deixar de manter valetas de manutenção em condições de segurança, iluminação e limpeza.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M29	Deixar de disponibilizar quantidade suficiente de manobristas para acompanhamento da inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M30	Deixar de apresentar veículo para a inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M31	Deixar de manter técnico responsável para acompanhamento da inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M32	Deixar de manter veículo em condições adequadas de limpeza para inspeção de frota.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

E	M33	Deixar de divulgar ou de afixar adequadamente no veículo comunicação institucional determinada pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	12 horas	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M34	Veículo com acessórios sonoros, ornamentais ou penduricalhos não autorizados pela SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	M35	Deixar de afixar documento de identificação funcional em local determinado pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G16	Antecipar, retardar ou deixar de cumprir partida programada de veículo adaptado para pessoa deficiente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G17	Deixar de cumprir a primeira ou a última partida, conforme estabelecido pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G18	Trafegar com veículo "RESERVADO" com passageiros a bordo, sem motivo justificado.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G19	Trafegar obstruindo a marcha normal dos demais veículos em circulação, sem causa justificada, transitando a uma velocidade anormalmente reduzida, em prejuízo de usuários ou de terceiros.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G20	Trafegar por corredores exclusivos,	Multa	R\$	R\$ 720,00	Imediato	Conforme	Suspensa à

		faixas de rolamento seletivas ou segregadas não obedecendo à determinação da SPTrans.		360,00			art. 13 do RESAM	operação do veículo
E	G21	Deixar de trafegar por corredores exclusivos, faixas de rolamento seletivas ou segregadas não obedecendo à determinação da SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G22	Deixar de manter em operação veículo destinado a socorro mecânico.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G23	Deixar de executar manutenção preventiva nos veículos do sistema.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G24	Deixar de apresentar veículo em processo de exclusão para a retirada dos lacres e equipamentos de aferição embarcados.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G25	Deixar de remover as características de identificação visual do veículo do sistema em processo de baixa.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G26	Deixar de efetuar a cobrança da tarifa vigente ou cobrar valores diferenciados não autorizados no transporte de passageiros, ressalvadas as exceções de gratuidade previstas em Lei ou	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

		previamente autorizadas pela SPTrans.						
E	G27	Não enviar a documentação ou não transmitir as informações exigidas pela SMT ou SPTrans, nos prazos determinados.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G28	Veículo permanecer estacionado para guarda ou pernoite em local não autorizado pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G29	Operar veículo com documentação ou vistoria vencida.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
E	G30	Arregimentar ou angariar passageiros.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G31	Veículo conduzido por motorista, não autorizado, ainda que devidamente habilitado para tal.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	G32	Provocar danos na rede aérea trólebus, por negligência ou imperícia.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para transporte coletivo sistema Trólebus
E	G33	Permitir ou exercer atividades estranhas ao objeto do contrato nas dependências da empresa ou garagem.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

E	G34	Deixar de disponibilizar equipamentos ou instalações contratualmente exigidos para operação ou manutenção do serviço, bem como para a fiscalização exercida pela SPTrans na garagem.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G35	Deixar de cumprir Aviso, Ofício, Intimação, Comunicação, Notificação, Carta ou prazos estabelecidos pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G36	Deixar de adotar relatório, impresso ou documento instituído pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G37	Negar a receber documentos emitidos pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G38	Permitir que os postos operacionais definidos pela SPTrans permaneçam desguarnecidos nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	G39	Permitir o acesso da imprensa de qualquer natureza, no interior dos Terminais de Transferência, que não sejam previamente autorizada pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

E	G40	Permitir ou executar alteração das características originais do Terminal de Transferência ou de equipamentos.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	G41	Permitir ou utilizar indevidamente o sistema de audição pública para divulgação de mensagens não autorizadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	G42	Permitir qualquer tipo de comércio informal ou exploração comercial, no interior do Terminal de Transferência, não autorizada pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
E	G43	Instalar nos veículos, pertencentes à Frota Pública, conjuntos e componentes que não obedeçam às especificações técnicas definidas pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G44	Veículo reprovado na inspeção de frota, reincidir em reprovação na re-inspeção.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G45	Deixar de cumprir as normas de uso dos cartões de operação, conforme estabelecido pela SPTrans. (bordo, meia viagem, abertura e fechamento de serviço)	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

E	G46	Deixar de manter fiscal ou apontador em ponto terminal.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G47	Deixar de cumprir normas e procedimentos técnicos atinentes à boa conservação e manutenção dos veículos, inclusive os da Frota Pública, conforme estabelecido pela SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G48	Descumprir o número de partidas programadas para cada faixa horária.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Valor da multa incide para cada partida programada e não realizada
E	G49	Descumprir o intervalo programado, conforme determinado pela SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	G50	Qualquer um dos componentes da tripulação do veículo abandonar posto de serviço.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR05	Deixar de operar linha, atendimento, PAESE ou operações especiais determinadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR06	Operar linha, atendimento, PAESE ou operações especiais não autorizadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo

E	GR07	Deixar de cumprir itinerário ou alterar ponto terminal estabelecido pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR08	Interromper a viagem sem motivo justificado.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR09	Veículo avariado ou sem combustível, estacionado ou parado por mais de 60 minutos, aguardando socorro mecânico.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR10	Veículo com o prefixo, placa, lacre, inscrição do chassi, selo ou qualquer outro elemento de identificação, violado, adulterado ou falsificado.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
E	GR11	Operar com veículo lacrado (suspensão à operação) ou não autorizado pela SMT e SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR12	Deixar de transmitir, omitir ou alterar informações nos arquivos PCGAR, relativo a prestação de contas.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR13	Deixar de cumprir o atendimento ou horário programado na Ordem de Rota Operacional - ORO expedida pelo Serviço de Atendimento Especial – ATENDE.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

E	GR14	Deixar de prestar informações ou providências que possam gerar prejuízos materiais, financeiros ou morais a SMT ou SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR15	Deixar de operar veículo adaptado para pessoas deficientes, conforme determinado pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR16	Deixar de exercer o controle sobre as gratuidades previstas por Lei ou previamente autorizadas pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR17	Obrigar passageiros a desembarcar fora do local de destino.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
E	GR18	Veículo sem catraca ou validador eletrônico, ou com validador eletrônico inoperante, exceto com expressa autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR19	Deixar de exibir documentos exigidos em ação da fiscalização exercida pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo, quando aplicável
E	GR20	Veículo do sistema flagrado entrando ou saindo da circunscrição municipal.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

E	GR21	Veículo efetuando transporte de outra natureza, sem autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
E	GR22	Deixar de executar nos veículos pertencentes à frota pública, serviços descritos no plano de manutenção ou procedimentos internos ou promover a retirada de componentes do veículo para aplicação simultânea em outro, sem autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR23	Deixar de depositar ou não efetuar a prestação de contas dos valores provenientes da comercialização do bilhete único, cartão ou crédito eletrônico, na data ou prazo estipulado pela SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR24	Deixar de enviar para remissão bilhetes recebidos dos usuários, nos veículos, como pagamento da passagem.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
E	GR25	Apropriar-se de tarifa pública ou importância do usuário, autorizando o desembarque pela porta dianteira, embarque pela porta traseira, ou utilizar-se de outros meios sem o devido registro da passagem.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1.440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo

PENALIDADES DO PADRÃO DA SEGURANÇA

Constitui infração do padrão da Segurança dos Serviços Prestados, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE	VALOR EM REAIS	REINCIDÊNCIA EM REAIS	PRAZO PARA CORREÇÃO	PRAZO PARA REINCIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
S	L11	Veículo com porta, janela, vidros laterais ou traseiros quebrados, trincados, com defeito, em mau estado de conservação, inoperante ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	L12	Veículo com sistema de sinalização sonora interna ou externa inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

S	L13	Veículo com sistema de iluminação ou sinalização interna ou externa inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	L14	Veículo com o triângulo de segurança com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	L15	Veículo com o limpador de pára-brisa inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Advertência	-	R\$ 180,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M36	Utilizar na limpeza interna ou externa do veículo, substância que prejudique a saúde, a segurança ou o conforto do usuário.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M37	Veículo com banco, antiderrapante, balaústre, corrimão, coluna, degrau ou estribo solto, quebrado, trincado, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M38	Veículo com o conjunto do espelho retrovisor interno ou externo quebrado, trincado, inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M39	Veículo com o extintor de incêndio	Multa	R\$	R\$ 360,00	Imediato	Conforme	

		descarregado, data de validade vencida, inexistente ou com o lacre violado.		180,00			art. 13 do RESAM	
S	M40	Veículo com o cinto de segurança inoperante, com defeito, em mau estado de conservação, inexistente ou não sendo utilizado pelo condutor.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M41	Veículo estacionado ou parado sobre a faixa de travessia de pedestres, no Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M42	Veículo trafegando com porta aberta.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M43	Veículo trafegando com faróis baixos apagados nos corredores exclusivos, faixas de rolamento seletivas ou segregadas, estações ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M44	Permitir o transporte de cargas perigosas, inflamáveis, pontiagudas ou cortantes (gasolina, botijão de gás, álcool, espelho, vidro, vara de pescar, tubo, entre outras).	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M45	Operar em velocidade incompatível	Multa	R\$	R\$ 360,00	Imediato	Conforme	

		com a segurança nas proximidades de escolas, hospitais, logradouros estreitos, paradas de embarque e desembarque, estações ou Terminais de Transferência, ou onde haja grande movimentação ou concentração de pessoas, gerando perigo iminente a usuários ou terceiros.		180,00			art. 13 do RESAM	
S	M46	Deixar de utilizar equipamentos de proteção individual (EPI), determinados pela autoridade competente, bem como pela SPTrans, nos Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Específico para administração do Terminal de Transferência
S	M47	Deixar de sinalizar e isolar área de execução de serviços de manutenção que traga riscos aos usuários ou que interfira na circulação ou operação dos corredores exclusivos, Estações ou Terminais de Transferência.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	M48	Motorista fazendo uso em trânsito de sistema de telefonia celular, fone de ouvido, viva-voz ou manter instalado rádio de comunicação (PX, PY), ou qualquer outro sistema de comunicação não	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

		autorizado pela SPTrans.						
S	G51	Veículo estacionado ou parado afastado do meio-fio obrigando os passageiros a embarcarem ou desembarcarem na pista de rolamento.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G52	Veículo com pneus em desacordo com as normas técnicas em vigência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	G53	Motorista fazendo uso de calçado impróprio para a função (calçado aberto, não preso ao pé ou com salto superior a 3 cm.)	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G54	Veículo efetuando testes de funcionamento em vias públicas ou Terminais de Transferência, tais como: freio, motor, buzina, entre outros.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G55	Modificar as características originais de fábrica do veículo, sem prévia autorização da autoridade competente e da SPTrans.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
S	G56	Veículo com equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade (tacógrafo) inoperante, com defeito, em mau estado de conservação ou inexistente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

S	GR46	Trafegar acima do limite de velocidade permitido (60Km/h), ou daquele, igual ou inferior estabelecido por sinalização viária do trecho onde tiver lugar a leitura do disco do tacógrafo.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo em caso de reincidência
S	GR47	Operar com tacógrafo alterado, não-inspecionado, fora dos padrões de especificação, sem disco de leitura ou com disco de leitura reutilizado, ou com disco de leitura sem registro do prefixo do veículo, ou com disco de leitura sem indicação da data, ou, de qualquer forma, apresentar disco de leitura sem esses registros, com os registros ilegíveis ou adulterados.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	G59	Veículo derramando combustível ou lubrificante.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G60	Permitir o embarque ou desembarque de passageiros fora do ponto determinado, exceto os casos previstos em Lei.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	G61	Ultrapassar outro veículo em movimento no interior do Terminal de Transferência.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

S	G62	Veículo trafegando com usuários pingentes.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR48	Remover, destruir ou, de qualquer forma, impedir o regular funcionamento do dispositivo de monitoramento eletrônico (AVL).	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	GR26	Veículo com o sistema de freios com defeito, como: serviço, auxiliar ou de estacionamento.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo
S	GR27	Deixar usuário utilizar o painel ou tampa do motor dianteiro como assento, bem como viajar no posto do motorista ou do cobrador ou em local não permitido.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR28	Permitir ou praticar o depósito de material inflamável, explosivo ou tóxico no interior do Terminal de Transferência sem prévia autorização da SPTrans.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR29	Deixar de prestar socorro ou atendimento a vítimas de mal súbito, bem como deixar de realizar os registros pertinentes a cada fato.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR30	Qualquer um dos componentes da tripulação do veículo, funcionário de controle externo da operação,	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo, quando

		funcionário ligado aos serviços de manutenção, limpeza ou venda de bilhetes ou qualquer outro funcionário ligado à atividade de contato com o público apresentar-se em estado de embriagues alcoólica ou sob efeito de substância tóxica de qualquer natureza.						aplicável
S	GR31	Ingerir bebida alcoólica ou qualquer substância tóxica em serviço.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR32	Utilizar veículo vinculado ao sistema para promover, incentivar, participar ou induzir algazaras, manifestações e depredações que atentem contra a ordem pública.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR33	Dificultar, retardar ou impedir a ação da fiscalização da SPTrans, ou evadir-se do local.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo, quando aplicável
S	GR34	Condutor envolvido em acidente de trânsito, evadir-se do local.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR35	Utilizar de meios enganosos, fraudulentos, inovação artificiosa para obter aprovação em vistoria veicular.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo

S	GR36	Motorista do veículo com a Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de 30 dias, categoria incompatível ou inabilitado.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensa à operação do veículo
S	GR37	Conduzir o veículo de modo a comprometer a segurança dos usuários ou de terceiros.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR38	Portar arma de qualquer natureza.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR39	Usar equipamento com defeito mecânico ou eletrônico de medição, aferição ou arrecadação, instalado no veículo vinculado ao serviço, bem como na garagem, oficina ou escritório, de forma que comprometa o funcionamento do equipamento ou de informações.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo, quando aplicável
S	GR40	Veículo com pára-brisa em desacordo com legislação vigente.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR41	Aceitar ou comercializar bilhete de passagem ou cartão não expressamente autorizado pela SMT ou SPTrans ou diferente das tarifas vigentes.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	
S	GR42	Omitir ou rasurar informações nos documentos relativos à prestação	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do	

		de contas de venda antecipada de bilhete único, cartão ou crédito eletrônico (PVP/Bilheterias).					RESAM	
S	GR43	Adotar procedimento irregular na operação colocando os usuários em perigo iminente.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Apreensão do veículo
S	GR44	Motorista do veículo com a Credencial do Curso de Formação de Condutores vencida.	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	Suspensão à operação do veículo
S	GR45	Deixar de informar, de imediato, a ocorrência de acidentes com vítimas, envolvendo quaisquer veículos automotivos do sistema de transporte coletivo municipal, ocorrido em via pública ou segregada	Multa	R\$ 720,00	R\$ 1440,00	Imediato	Conforme art. 13 do RESAM	

PENALIDADES DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO SUBSISTEMA ESTRUTURAL

Constitui infração do Descumprimento das Obrigações Contratuais, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PERÍODO	PENALIDADE	PERÍODO	PENALIDADE	OBSERVAÇÕES
C	SE01	A garagem não atender as especificações do Anexo V do Edital tendo decorrido o prazo para tal.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 500,00	após 30 dias de atraso	Rescisão contratual	
C	SE02	Não implantar centro operacional da concessionária COC e centro operacional de terminais COT, conforme especificações contidas nos Anexos V e VI do Edital.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 500,00	após 30 dias de atraso	Rescisão contratual	
C	SE03	Não implantar em conjunto com as concessionárias das demais	até o limite de	Multa Diária	após 30 dias de	Rescisão contratual	

		áreas, o Centro de Controle Operacional CCO, conforme padrões e especificações estabelecidas nos Anexos 5.3.1 e VI do Edital.	30 dias de atraso	de R\$ 500,00	atraso		
C	SE04	Não disponibilizar pelo menos 01 veículo por linha adaptado para acesso de pessoa deficiente decorrido o prazo para tal.	por até 90 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SE05	Não disponibilizar veículos adaptados para o serviço de Atendimento Especial – ATENDE, conforme especificações do Anexo IV do Edital e as distribuições quantitativas, decorrido o prazo legal, conforme Anexo 8.1.6 do edital.	por até 90 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SE06	Não obter certificações de qualidade (série NBR ISO-9.001) e Ambiental (série NBR ISO/14.001).	por até 90 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	

C	SE07	Não cumprir as determinações para atendimento de Operações Especiais.	-	Multa por veículo de R\$ 1000,00	-	-	
C	SE08	A concessionária não der início a operação do serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da expedição da Ordem de Serviço.	-	Advertência Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual, no caso de ultrapassar o limite de 5 dias de atraso
C	SE09	Não efetuar a entrega da programação dos serviços e das linhas até o 15º dias após a emissão da Ordem de serviço.	-	Advertência Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual, no caso de ultrapassar o limite de 5 dias de atraso
C	SE10	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 4º do contrato de concessão, infrações consideradas leves.	-	Advertência Escrita	-	-	
C	SE11	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 4º do contrato de concessão, infrações consideradas médias.	-	Multa de R\$ 500,00	-	-	
C	SE12	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 4º do contrato de concessão, infrações	-	Multa de R\$ 1.000,00	-	-	

		consideradas graves.					
--	--	----------------------	--	--	--	--	--

PENALIDADES DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS DO SUBSISTEMA LOCAL

Constitui infração do Descumprimento das Obrigações Contratuais, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PERÍODO	PENALIDADE	PERÍODO	PENALIDADE	OBSERVAÇÕES
C	SL01	Não disponibilizar pelo menos 01 veículo por linha adaptado para acesso de pessoa deficiente decorrido o prazo para tal.	por até 90 dias de atraso.	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SL02	Não obter certificações de qualidade (série NBR ISO-9.001) e Ambiental (série NBR ISO/14.001).	por até 90 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 250,00	após 90 dias de atraso e enquanto perdurar o descumprimento	Multa Diária de R\$ 500,00	
C	SL03	Deixar de adaptar a frota conforme anexo V do Edital no prazo previsto.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa por veículo de R\$ 1000,00	após 30 dias de atraso	Rescisão contratual	
C	SL04	Deixar de cumprir as determinações para atendimento de Operações	-	Multa por veículo de	-	-	

		Especiais.		R\$ 1000,00			
C	SL05	A permissionária não der início a operação do serviço no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da expedição da Ordem de Serviço.	-	Advertên cia Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual se ultrapassado o prazo concedido
C	SL06	Não efetuar a entrega da programação dos serviços e das linhas até o 15º dias após a emissão da Ordem de serviço.	-	Advertên cia Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual se ultrapassado o prazo concedido
C	SL07	Não solicitar vistoria da Frota e Garagens até 10 (dez) dias anteriores à data do início da operação.	-	Advertên cia Escrita	Até o limite de 5 dias de atraso	Multa por Veículo de R\$ 1000,00	Rescisão Contratual se ultrapassado o prazo concedido
C	SL08	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 11ª do contrato de permissão, infrações consideradas leves.	-	Advertên cia Escrita	-	-	
C	SL09	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 11ª do contrato de permissão, infrações consideradas médias.	-	Multa de R\$ 500,00	-	-	
C	SL10	Descumprimento das obrigações estatuídas na Cláusula 11ª do contrato de	-	Multa de R\$ 1.000,00	-	-	

		permissão, infrações consideradas graves.					
C	SL11	A garagem não atender as especificações do Anexo V do Edital tendo decorrido o prazo para tal.	até o limite de 30 dias de atraso	Multa Diária de R\$ 500,00	após 30 dias de atraso	Rescisão Contratual	

Assessoria jurídica para gestão de sanções e multas - Relatório Multas - /2007 - a Comissão

Total de recursos julgados na sessão	Natureza das multas Portaria 097/05	Data do ingresso do recurso	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - indicando o número e a natureza das multas aplicadas	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - indicando o resultado do julgamento atribuído pela comissão
---	--	------------------------------------	---	--

DJ/SJU/ BIBLIOTECA			
Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			<p>Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: -----</p> <p>-----</p> <p>Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão eficiência: Provimento negado - padrão segurança:</p>
Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			<p>Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: -----</p> <p>-----</p> <p>Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão eficiência: Provimento negado - padrão segurança:</p>

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: ----- ----- Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão eficiência: Provimento negado - padrão segurança:
Padrão qualidade: Padrão eficiência: Padrão segurança:			Recursos providos - padrão qualidade: Recursos providos - padrão eficiência: Recursos providos - padrão segurança: ----- ----- Provimento negado - padrão qualidade: Provimento negado - padrão eficiência: Provimento negado - padrão segurança:

Assessoria jurídica para gestão de sanções e multas - Relatório Multas - /2007 - ^a Comissão				
Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - classificação das multas (Provimento negado ao recurso)	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa - indicando se há reincidência e quantas, conforme art. 13	Código, nome do consórcio ou da empresa operadora ou da cooperativa.	Hipóteses dos arts. 16, 17, 18.	Encaminhamento - art. 19

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

--	--	--	--	--

PORTARIA 027/08- SMT.GAB- (DOC.23.02.08- F.28-29)

ALEXANDRE DE MORAES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a realização de estudos técnicos que apontam a necessidade de aperfeiçoamento no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM (Portaria n. 168/07);

RESOLVE:

Art.1º - O “caput” do artigo 6º do Regulamento de Sanções e Multas, instituído pela Portaria n. 168/07-SMT-GAB, de 1º. de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - O "Auto de Infração - AI" será expedido e disponibilizado ao operador pela SPTRANS, através do documento "Protocolo de Entrega de Auto de Infração", no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias da data da ocorrência.”

Art. 2º - O Art. 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - O operador autuado poderá recorrer no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ciência, apresentando por escrito suas razões.

§ 1º - A não interposição de recurso no prazo estabelecido importará na realização de desconto do valor da respectiva multa na remuneração existente em favor do operador.

§ 2º - Se a decisão do recurso for desfavorável e decorrer o prazo para a interposição de recurso para a 2ª instância, o valor da multa será descontado da remuneração.”

Art. 3º - O “caput” do artigo 8º passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8º** - O recurso deverá ser apresentado para a Comissão de Infrações e Multas - COMIM, órgão colegiado, instituído pelo Secretário Municipal de Transportes para apreciar e julgar os processos decorrentes das autuações previstas no RESAM, na forma prevista no Título II da presente Portaria.”

Art. 4º - O art. 10 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 10** - Da decisão proferida pela Comissão de Infrações e Multas caberá recurso, que será recebido sem efeito suspensivo, desde que apresentada caução, em dinheiro, do valor correspondente à sanção ou multa aplicada.

§ 1º. O prazo para interposição do recurso para a 2ª. Instância é de 5 (cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ciência da decisão, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para seu julgamento.

§ 2º - Não sendo conhecido, ou tendo sido negado provimento ao recurso previsto no *caput* do presente artigo, o valor da caução prestada será retido para o pagamento da multa respectiva.”

Art.5º - O artigo 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 – Para as infrações decorrentes do descumprimento das partidas programadas previstas no código G-48 do Padrão de Eficiência, será aplicada penalidade conforme fórmula abaixo:

I - O valor da penalidade a ser aplicada será o resultado obtido conforme a seguinte fórmula:

$$PEN_{fh} = MIG \times \frac{DP_{fh}}{(PP_{fh})}$$

II - O cálculo do Valor Total da Multa no período considerado, será obtido através da seguinte fórmula:

$$VTM = (PEN_{fh1} + PEN_{fh2} + PEN_{fh3} + ... + PEN_{fhk})$$

PEN_{fh} = Penalidade por Faixa Horária

MIG = Valor referência da Multa de Infração Grave

DP_{fh} = Descumprimento de Partidas por Faixa Horária

PP_{fh} = Partidas Programadas por Faixa Horária

VTM = Valor Total da Multa (somatória das penalidades por Faixa Horária)

Art. 6º - O atual parágrafo único do art. 18 é transformado em § 1º., ficando acrescido o § 2º., do seguinte teor:

“Art. 18 - [...]

§ 1º. [...]

§ 2º - Os pontos acumulados, decorrentes de infrações cometidas até o último dia útil anterior à vigência desta Portaria, permanecem válidos e terão as penalidades decorrentes aplicadas de acordo com as regras estabelecidas nos artigos 16 a 18 deste Regulamento.”

Art. 7º - O parágrafo único do artigo 23 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 – [...]

Parágrafo Único – O procedimento administrativo durará o tempo necessário para comprovar as causas determinantes e apurar as responsabilidades, não excedendo o prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento da intervenção.”

Art. 8º - O “caput” do artigo 31 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31 – O pagamento dos custos da remoção e estadia dos veículos será aquele fixado pelo Poder Público, na forma do inciso III do artigo 34 da Lei 13.241/01 e sua regulamentação.”

Art. 9º - Fica acrescido o Artigo 36-A, com a seguinte redação:

“Art. 36-A - Nos casos de acidentes de trânsito com veículos vinculados ao Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de São Paulo, que produzam vítimas, sem prejuízo da tramitação do respectivo processo administrativo e de sanções, o motorista será imediatamente suspenso de suas atividades, não podendo ser escalado para prestação de serviços em todo o Sistema, até que apresente exame psicotécnico e atestado de sanidade física e mental atualizados, e comprove ter feito curso de direção defensiva em instituição credenciada.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto no caput deste artigo, os casos em que o 'Relatório Preliminar' do Grupo Executivo do Programa de Redução de Acidentes em Transportes - PRAT, criado pelo Decreto nº 48.246, de 03 de abril de 2007, e regulamentado pela Portaria nº 057/07-SMT, apontar indícios de serem terceiros os causadores principais do acidente.”

Art. 10 – O artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38 - O Secretário Municipal de Transportes designará um Coordenador das Comissões, a quem competirá:

- I** – estabelecer e divulgar o calendário das sessões das Comissões;
- II** - solicitar da Secretaria Municipal de Transportes os recursos necessários para o funcionamento das Comissões;
- III** – sugerir a criação, extinção, ou agrupamento das Comissões;
- IV** – convocar, se necessário, reuniões plenárias e extraordinárias sempre que for necessário, em virtude da quantidade de recursos não julgados;
- V** - encaminhar as sugestões e reivindicações das Comissões;
- VI** - fazer constar das atas a justificativa das ausências dos membros às reuniões;
- VII** – encaminhar ao Secretário Municipal de Transportes as justificativas de faltas dos membros das Comissões às sessões de julgamento;
- VIII** - Comunicar ao Secretário Municipal de Transportes eventuais indícios de irregularidades das quais tome conhecimento ou relatadas pelos membros, dando ciência ao Presidente da Comissão;
- IX** - prestar as informações disponíveis à Secretaria Municipal de Transportes e a SPTRANS para as providências de defesa judicial dos membros das Comissões no regular exercício de suas atribuições.”

Art.11 – Os incisos II e VI do artigo 41 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41 – [...]

- II** - leitura e aprovação da ata da sessão anterior, com encaminhamento para ciência da Coordenação, que determinará o seu arquivamento.

VI - encerramento da sessão.”

Art.12 – O artigo 44 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44 - Ao Presidente da Comissão, sem prejuízo do estabelecido nos dispositivos anteriores, compete:

- I** - cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento Interno;
- II** - organizar a distribuição dos processos entre os membros da Comissão, observando o estatuído na presente Portaria;
- III** - abrir, suspender e encerrar as sessões de julgamento;
- IV** - resolver questões de ordem e apurar votos;
- V** - encaminhar as proposições dos membros de sua Comissão à Coordenação;
- VI** - as demais atribuições e responsabilidades de membro da Comissão.”

Art.13 – O inciso X e o parágrafo 1º do artigo 45 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 – [...]

X - encaminhar por escrito à Coordenação a constatação de eventual anomalia regimental não sanada no âmbito da sua Comissão.

§ 1º - A recusa imotivada e injustificada do desempenho das atribuições de membro da comissão, ou o comportamento desidioso, ardiloso ou evasivo, importará, pelo Presidente, Secretário, ou qualquer outro membro da Comissão na comunicação do fato à Coordenação, que solicitará as providências devidas ao Secretário Municipal de Transportes.”

Art.14 – O artigo 47 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47– O Coordenador das Comissões designará um funcionário, dentre os membros da equipe de apoio às Comissões, que ficará incumbido de:

- I –** organizar os trabalhos e supervisionar a distribuição de recursos materiais disponíveis;
- II -** encaminhar à Coordenação as consultas e solicitações de esclarecimentos ou quanto à interpretação da legislação, notadamente ao Regulamento de Sanções e Multas – RESAM.

Art.15 - O enquadramento Padrão Eficiência codificado sob o número G-48 do Anexo I, passa a vigorar com a seguinte redação:

PENALIDADES DO PADRÃO DA EFICIÊNCIA

Constitui infração do padrão da Eficiência dos Serviços Prestados, sujeita às penalidades e medidas administrativas, a prática de quaisquer infrações previstas a seguir:

	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	PENALIDADE	VALOR EM REAIS	REINCIDÊNCIA EM REAIS	PRAZO PARA CORREÇÃO	PRAZO PARA REINCIDÊNCIA	OBSERVAÇÕES
E	G48	Descumprir o número de partidas programadas para cada faixa horária	Multa	De acordo com o art. 12		Imediato		

Art. 16 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DE MORAES
Secretário Municipal de Transportes

[MENU](#)

Portaria n.º 129/08-SMT.GAB.(DOC 09.09.08- F.18)

ALEXANDRE DE MORAES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar o Regulamento de Sanções e Multas - RESAM, instituído pela Portaria n. 168/07 - SMT-GAB de 01 de dezembro de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - O caput do art. 7º. do Regulamento de Sanções e Multas - RESAM, instituído pela Portaria n. 168/07 - SMT-GAB, de 01 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º - O operador autuado poderá recorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente da data da ciência, apresentando por escrito suas razões. (....)”

Art. 2º - O § 1º. do art. 10 da Portaria 168/07-SMT-GAB passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10º - (....)

§ 1º - O prazo para interposição do recurso para a 2ª instância é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ciência da decisão, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para o seu julgamento. (.....)”

Art. 3º - O art. 36-A da Portaria 168/07-SMT-GAB, acrescido pela Portaria n. 27/08-SMT, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. **36-A** - Nos casos de acidentes de trânsito que produzam vítimas, com veículos vinculados ao Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros do Município de São Paulo, o motorista será suspenso de suas atividades, sem prejuízo da tramitação do respectivo processo administrativo e da aplicação das sanções cabíveis, se o “Relatório Preliminar” do Grupo Executivo do Programa de Redução de Acidentes em Transportes - PRAT, criado pelo Decreto nº 48.246, de 03 de abril de 2007, e regulamentado pela Portaria nº 057/07-SMT, apontar indícios de sua responsabilidade pelo acidente.

Parágrafo único. O motorista suspenso não poderá ser escalado para prestação de serviços em todo o Sistema, até que apresente exame psicotécnico e atestado de sanidade física e mental atualizados, e comprove ter feito curso de direção defensiva em instituição credenciada.”

Art. 4º - Ficam revogados os arts. 14, 15, 16, 17, 18 e 19 da Portaria 168/07-SMT-GAB.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[MENU](#)

PORTARIA 086/09 – SMT.GAB-(DOC; 26.11.09- F. 18)

Introduz o § 3º ao art. 9º e altera a redação do art. 10 da Portaria n.º 168/07 – **SMT.GAB**, que estabelece o “Regulamento de Sanções e Multas – **RESAM** aplicáveis aos concessionários/ permissionários do serviço de transporte coletivo”.

ALEXANDRE DE MORAES, Secretário Municipal de Transportes, no uso das atribuições que lhe foram conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade do aperfeiçoamento dos procedimentos de julgamento das infrações e de aplicação das sanções e multas prevista no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM; e

CONSIDERANDO a edição da Súmula Vinculante n.º 21, do Supremo Tribunal Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam acrescidos os §§ 3º e 4º. ao art. 9º da Portaria n.º 168/07 – SMT.GAB, nos seguintes termos:

“§ 3º - Na hipótese de vacância na composição das comissões ou no caso de criação de novas comissões, as entidades referidas no item “b” do “caput” do presente artigo deverão indicar seus representantes, titulares e suplentes, no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento de notificação da Secretaria Municipal de Transportes;

§ 4º. – Caso as entidades mencionadas no parágrafo anterior não indiquem seus representantes no prazo assinalado, a Secretaria Municipal de Transportes designará membros para suprir a ausência, de modo a completar a composição das comissões, até que a indicação seja realizada”.

Art. 2º. O art. 10 da Portaria n.º 168/07 – SMT.GAB passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 10** - Da decisão proferida pelas Comissões de Infrações e Multas caberá recurso, na forma e prazos previstos no Título II da presente Portaria, que será recebido com efeito suspensivo.

Parágrafo único - O prazo para interposição do recurso para a Segunda Instância é de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ciência da decisão, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para seu julgamento.”

Art. 3º. Ficam revogadas as Portarias ns. 182/07-SMT e 055/08- SMT.GAB.

Art. 4º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[MENU](#)

PORTARIA n.º 038/10-SMT.GAB.(11.05.2010- F.25

ALEXANDRE DE MORAES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DETERMINA** que:

Art. 1º. Fica constituída uma comissão especial de trânsito e transporte com o objetivo de:

I. Discutir técnica e legalmente a interpretação e aplicação no Regulamento de Sanções e Multas Aplicáveis aos Concessionários e Permissionários dos Serviços de Transporte Coletivo

- RESAM;

II. Elaborar cartilha com regras claras sobre as infrações e sanções de trânsito e transporte para distribuição aos trabalhadores do transporte e agentes da São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS e da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, a fim de garantir objetividade e padronização nas autuações; e

III. Elaborar estudos para a constituição da Escola de Formação de trabalhadores do transporte.

Art. 2º. A comissão especial mencionada no artigo anterior será composta pelos seguintes integrantes:

I. PRESIDENTE: Secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Transportes;

II. SECRETÁRIO: Chefe de Gabinete da São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS;

III. MEMBROS:

(a) Diretor do Departamento de Transporte Público – DTP;

(b) Diretor do Departamento de Operação do Sistema Viário – DSV;

(c) Diretor de Gestão do Sistema Contratado da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;

(d) Diretor de Serviços de Transporte da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;

(e) Diretor de Planejamento de Transportes e Gestão Corporativa da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;

(f) Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação e Receita São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;

(g) Diretor Jurídico da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;

(h) Chefe de Gabinete da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET;

(i) Diretor de Operações da Companhia de Engenharia de Tráfego
– CET;

(j) Presidente da Comissão de Infrações e Multas – COMIM;

(k) 02 (um) representante do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo;

- (l) 02 (um) representante do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SP-URBANUSS);
(m) 02 (um) representante do Sindicato dos Motoristas Autônomos que Trabalham no Transporte Coletivo de Passageiros do Município de São Paulo (Sindlotação); e
(n) 02 (um) representante do Sindicato dos Empregados em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas empresas de Transporte de Passageiros e Trabalhadores no Sistema de Veículos Leves Sobre Canaletas e Pneus no Estado de São Paulo (Sindicot);

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[MENU](#)

PORTARIA n.º 038/10-SMT.GAB.(REPUBLICADO-DOC;25.05.2010- F.27)

ALEXANDRE DE MORAES, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES,

no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, **DETERMINA** que:

Art. 1º. Fica constituída uma comissão especial de trânsito e transporte com o objetivo de:

- I. Discutir técnica e legalmente a interpretação e aplicação no Regulamento de Sanções e Multas Aplicáveis aos Concessionários e Permissionários dos Serviços de Transporte Coletivo - RESAM;
- II. Elaborar cartilha com regras claras sobre as infrações e sanções de trânsito e transporte para distribuição aos trabalhadores do transporte e agentes da São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS e da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET, a fim de garantir objetividade e padronização nas autuações; e
- III. Elaborar estudos para a constituição da Escola de Formação de trabalhadores do transporte.

Art. 2º. A comissão especial mencionada no artigo anterior será composta pelos seguintes integrantes:

I. PRESIDENTE: Secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Transportes;

II. SECRETÁRIO: Chefe de Gabinete da São Paulo Transporte S.A. - SPTRANS;

III. MEMBROS:

- (a) Diretor do Departamento de Transporte Público – DTP;
- (b) Diretor do Departamento de Operação do Sistema Viário – DSV;
- (c) Diretor de Gestão do Sistema Contratado da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;
- (d) Diretor de Serviços de Transporte da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;
- (e) Diretor de Planejamento de Transportes e Gestão Corporativa da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;
- (f) Diretor de Gestão de Tecnologia da Informação e Receita São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;
- (g) Diretor Jurídico da São Paulo Transporte S.A. – SPTRANS;

- (h) Chefe de Gabinete da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET;
- (i) Diretor de Operações da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET;
- (j) Presidente da Comissão de Infrações e Multas – COMIM;
- (k) 02 (um) representante do Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviário Urbano de São Paulo;
- (l) 02 (um) representante do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo (SP-URBANUSS);
- (m) 02 (um) representante do Sindicato dos Motoristas Autônomos que Trabalham no Transporte Coletivo de Passageiros do Município de São Paulo (Sindlotação); e
- (n) 02 (um) representante do Sindicato dos Empregados em Fiscalização, Inspeção e Controle Operacional nas empresas de Transporte de Passageiros e Trabalhadores no Sistema de Veículos Leves Sobre Canaletas e Pneus no Estado de São Paulo (Sindficot);

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

[MENU](#)

Tornar insubsistente a publicação da Portaria n.º 038/10- SMT.GAB no DOC de 25/05/10, por ter sido publicada anteriormente, mantendo-se válida a publicação realizada da Portaria n.º 038/10-SMT.GAB no DOC de 11/05/10.
(DOC;26.05.2010- F.26)

[MENU](#)

Portaria n.º 088/10-SMT.GAB (DOC; 28.08.2010- F.17)

MARCELO CARDINALE BRANCO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 168/07 - SMT-GAB de 01 de dezembro de 2007, que criou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, bem como as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 27/08, de 23 de fevereiro de 2008, 129/08 de 09 de setembro de 2008 e 86/09 de 26 de novembro de 2009;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os procedimentos para o julgamento, pela Comissão de Infrações e Multas, de recursos interpostos pelos concessionários e permissionários do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo;

R E S O L V E:

Art. 1º - Os artigos 9º, 39, 40 e 43 da Portaria 168/07-SMT-GAB, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - Serão instituídas tantas comissões quantas forem necessárias para o julgamento dos recursos, que serão constituídas de:

a) 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) suplentes indicados pelo Secretário Municipal de Transportes;

b) 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente representando os prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo (SPURBANUS e Permissionários), indicados por meio de documento assinado por seus representantes legais;

c) a representação que trata o item anterior será proporcional ao número de comissões instituídas.
(.....)”.

“Art. 39 – A distribuição de todos os recursos interpostos entre as Comissões adotará o princípio do sorteio e da sucessividade.

§ 2º - É vedada a redistribuição dos recursos entre as Comissões, salvo por motivo de força maior e nas hipóteses de suspeição ou impedimento dos membros da Comissão, fatos que serão devidamente documentados pela Coordenação da COMIM, com a respectiva fundamentação, na ata de julgamento.
(.....)”.

“Art. 40 - As comissões se reunirão, no mínimo, uma vez por semana, instaurando suas sessões de julgamentos dos recursos interpostos com a presença de 3 (três) membros.

Parágrafo único – Na ausência de um dos membros a Coordenação da COMIM designará um membro “ad hoc”.

“Art. 43 - Os recursos constantes da pauta de julgamento serão distribuídos equitativamente aos seus membros e, após fundamentação e proposta de decisão, submetidos aos demais integrantes presentes na sessão.

(.....)”.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[MENU](#)

Portaria nº 006/11-SMT.GAB(DOC; 13.01.2011- F.20)

MARCELO CARDINALE BRANCO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.645, de 18 de dezembro de 2007, em seu artigo 3º, obriga a instalação de Painéis Numéricos Digitais Indicadores de Velocidade - PNDV pelas Concessionárias e Permissionárias do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município e

CONSIDERANDO que os equipamentos servirão para controle e constatação da velocidade utilizada pelo condutor do veículo, devendo ser instalados no interior de todos os veículos que operam no referido sistema, o que demanda uniformidade nas suas especificações técnicas,

RESOLVE:

Artigo 1º - Atribuir a São Paulo Transporte S.A., na qualidade de gerenciadora do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros no Município, a responsabilidade pela aprovação dos Painéis Numéricos Digitais Indicadores de Velocidade – PNDV, a que se refere o artigo 3º, da Lei Municipal nº 14.645, de 18 de outubro de 2007, que deverão ser custeados e instalados pelas Concessionárias e Permissionárias em todos os veículos que operam no aludido Sistema, conforme cronograma a ser estabelecido pela SPTrans, mediante a edição de manual próprio, que conterá as regras técnicas e as especificações dos equipamentos tendo como referência o “Relatório Técnico” emitido no PI nº 2007-0080.

Artigo 2º - Determinar que os painéis referidos no artigo anterior sejam instalados na frota do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação da presente portaria.

Artigo 3º - Inserir no quadro “PENALIDADES DO PADRÃO DE SEGURANÇA” anexo ao RESAM, em acréscimo, o seguinte:

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

Código	Descrição da Infração	Penalidade	Valor em Reais	Reincidência em Reais	Prazo para Correção	Prazo para Reincidência	Obs.
S M49	Veículo com equipamento Numérico Digital Verificador de Velocidade - PNDV inoperante, com defeito, em mau estado de conservação e/ou inexistente.	multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme artigo 13 do RESAM	Portaria nº 107/2010 - SMT.GAB

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Portaria nº 029/12-SMT.GAB(DOC;24.03.2012 -F.33)

Altera o artigo 28 da Portaria nº 168/2007-SMT.GAB, de 20 de dezembro de 2007, que readequou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, aplicáveis aos concessionários/ permissionários do serviço de transporte coletivo.

MARCELO CARDINALE BRANCO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe foram outorgadas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. O artigo 28, caput, e parágrafo 2º da Portaria nº 168/2007-SMT.GAB, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 28.** Cumpre à SPTrans a instauração de procedimento administrativo que tenha a finalidade de apurar os fatos e propor a aplicação de penalidades ao permissionário no que se verifique:

§2º. Constatada qualquer das irregularidades previstas nos incisos I a VI do presente artigo, ficarão suspensos o operador autônomo, seus auxiliares e o veículo”.

Art. 2º. Fica acrescido o parágrafo 3º ao artigo 28 da citada Portaria, nos seguintes termos:

“§3º. A suspensão de que trata o artigo anterior, poderá se dar a qualquer momento entre a instauração do procedimento administrativo apuratório e a apresentação do Relatório Conclusivo da Comissão de Apuração de Irregularidades.”

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

[MENU](#)

Portaria n.º 042/13–SMT.GAB.(DOC;24.05.2013-F.21)

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

RESOLVE:

Art. 1º - O parágrafo único do artigo 10 do Regulamento de Sanções e Multas – RESAM instituído pela Portaria nº 168/07 – SMT.GAB., passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único – O prazo para interposição do recurso para a Segunda Instância é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data da ciência da decisão, e será dirigido ao Secretário Municipal de Transportes, que poderá delegar a competência para seu julgamento.”

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

[MENU](#)

PORTARIA Nº 003/14-SMT.GAB.(DOC;18.01.2014-F.21)

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – A penalidade G27 constante do Grupo Grave “G” no Anexo da Portaria SMT nº 111/2003 passa a ter a seguinte redação:

“G27 Veículo do subsistema estrutural sem cobrador, exceto com autorização da SMT ou SPTrans. Multa R\$ 180,00 R\$ 360,00
Imediato 45 dias”

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA PUBLICADA NO DOC DE 18/01/14
Portaria nº 003/14-SMT.GAB.(DOC;23.01.2014-F.27)

Leia-se como segue e não como constou:

Portaria nº 003/14-SMT.GAB.

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES,
no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º – A descrição da infração G04, constante das penalidades do padrão da qualidade do Anexo I da Portaria SMT. GAB nº 168/07, passa a ter a seguinte redação:

“G04 Veículo do subsistema estrutural sem cobrador ou auxiliar, exceto com autorização da SPTrans.”

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PORTARIA 33/14 - SMT (DOC;01.05.2014-F.31)

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES , no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 168/07 – SMTGAB de 01 de dezembro de 2007, que criou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, bem como as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias nº 027/08, de 23 de fevereiro de 2008, 129/08 de 09 de setembro de 2008, 086/09 de 26 de novembro de 2009 e 088/10 de 27 de agosto de 2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os membros das comissões de julgamento para apreciação e julgamento dos recursos interpostos contra as penalidades aplicadas aos concessionários e permissionários do serviço de transporte coletivo urbano de passageiros, em decorrência das autuações previstas no Regulamento de Sanções e Multas - RESAM, a saber:

Primeira Comissão

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPtrans nº 117.538-6

Titular – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Suplente – Vicente Barrella - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Suplente – Aquilino dos Anjos Caldeira Pires – Prontuário SPTrans nº. 83.005-4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Wagner Palma Moreira - RG nº. 15.813.917

Suplente – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3

Segunda Comissão

Titular – José Henrique Menegare – Prontuário SPTrans nº 045.026-0

Titular – Josias Batista dos Santos – Prontuário SPTrans nº 105.389-2

Suplente – Sucarlos Gomes Dumont – Prontuário SPTrans nº 106.720-6

Suplente – Luciano José Gomes Carvalho - Prontuário SPTrans nº. 109.763-6

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Francisco Antonio Camurça de Carvalho – RG nº 21.411.881-2

Suplente – Izabela Rosa – RG nº 33.344.437-1

Terceira Comissão

Titular - Claudete Ap. da Silva - Prontuário SPTrans nº. 117.569-6

Titular – Maria Madalena da Silva - Prontuário SPTrans nº. 114892-3

Suplente – José Henrique Menegare – Prontuário SPTrans nº 045.026-0

Suplente – João Esmeraldo de Paulo - Prontuário SPTrans nº. 69.459-2

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3

Suplente – Wagner Palma Moreira - RG nº. 15.813.917

Quarta Comissão

Titular – Anderson Ap. Pereira da Silva - Prontuário SPTrans nº. 109.997-3

Titular – Antonia da Conceição P. de Carvalho Prontuário SPTrans nº117.030-9

Suplente – Ronaldo Marques Lins – Prontuário SPTrans nº113.069-2

Suplente – Silvio Francisco - Prontuário SPTrans nº. 99.179-1

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Clóvis Alberto Ferraro - RG nº 82.780.468

Suplente – Antonio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6

Quinta Comissão

Titular – Aquilino dos Anjos Caldeira Pires – Prontuário SPTrans nº. 83.005-4

Titular – Luciano José Gomes Carvalho - Prontuário SPTrans nº. 109.763-6

Suplente – Sebastião Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.405-3

Suplente – Eloísa Pezzelin da Silva - Prontuário SPTrans nº. 91.530-0

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho – RG. nº 6.812.708

Suplente – Wagner Palma Moreira - RG nº. 15.813.917

Sexta Comissão

Titular – Vicente Barrella - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Titular – Roberto Osvaldo Fehr – Prontuário SPTrans nº 088.136-8

Suplente – Maria Madalena da Silva - Prontuário SPTrans nº. 114892-3

Suplente – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPtrans nº 117.538-6

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – José Nivaldo Souza Azevedo – RG nº 35.803.191-6

Suplente – Francisco Antonio Camurça de Carvalho – RG nº 21.411.881-2

Sétima Comissão

Titular – Eloísa Pezzelin da Silva - Prontuário SPTrans nº. 91.530-0

Titular – Aroldo Furtado - Prontuário SPTrans nº. 117.416-9

Suplente – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPtrans nº 117.538-6

Suplente – Josias Batista dos Santos – Prontuário SPTrans nº 105.389-2

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3

Suplente – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho – RG. nº 6.812.708

Oitava Comissão

Titular – Gerson Carlos Dessia - Prontuário SPTrans nº. 077.748-0

Titular – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Suplente – João Esmeraldo de Paulo - Prontuário SPTrans nº. 69.459-2

Suplente – Antonia da Conceição P. de Carvalho Prontuário SPTrans nº117.030-9

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Edson Luiz Bessa Conti – RG nº 6.332.747-8

Suplente – Izabela Rosa – RG nº 33.344.437-1

Nona Comissão

Titular – Sebastião Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.405-3

Titular – Sucarlos Gomes Dumont – Prontuário SPTrans nº 106.720-6

Suplente – Ronaldo Marques Lins – Prontuário SPTrans nº113.069-2

Suplente – João Esmeraldo de Paulo - Prontuário SPTrans nº. 69.459-2

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3

Suplente – Antonio Roberto Pavani Júnior - RG nº. 11.248.198

Décima Comissão

Titular – Silvio Francisco - Prontuário SPTrans nº. 99.179-1

Titular – Roberto Osvaldo Fehr – Prontuário SPTrans nº 088.136-8

Suplente – Vicente Barrella - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Suplente – Gerson Carlos Dessia - Prontuário SPTrans nº. 077.748-0

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Wagner Calazans da Silva – RG nº 21.178.854-5

Suplente – Antonio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6

Comissão Especial

Titular – Cláudio Fabiano Vigliar Bondioli – Prontuário SPTrans nº. 122.777-7

Titular – Ilani Aparecida Ferreira – Prontuário SPTrans nº. 73.388-1

Titular — Eugênio Menezes da Silva – Prontuário SPTrans nº 115.708-6

Suplente – Paulo Carlos de Moura – Prontuário SPTrans nº 110.035-1

Suplente – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPtrans nº 117.538-6

Suplente – João Esmeraldo de Paulo - Prontuário SPTrans nº. 69.459-2

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3

Suplente – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho – RG. nº 6.812.708

Titular – Antonio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6

Suplente – Clóvis Alberto Ferraro - RG nº 82.780.468

Art. 2º - As Comissões serão presididas por qualquer um dos membros nomeados, observado o artigo 9º, “a” da Portaria 168/07 - SMT-GAB.

Art. 3º - Os trabalhos das Comissões serão secretariados pelo Sr. Ezequiel Miguel Gonçalves, Prontuário SPTrans nº 118.349-4.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria nº 0130/13-SMT.GAB.

Art. 5º - A presente Portaria entrará em vigor em 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

[MENU](#)

PORTARIA 37/14 – SMT(DOC;28.05.2014-F.17)

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz publicar ERRATA referente à Portaria nº 033/14-SMT.GAB publicada no Diário Oficial em 30 de abril de 2014.

Art. 1º - Retificar e ratificar o anexo único da portaria nº 033/2014-SMT.GAB, a fim de redistribuir/redefinir os membros das 10 (dez) Comissões de Julgamentos de 1ª Instância, para os trabalhos de julgamento dos recursos, interpostos contra as penalidades previstas no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM e aplicadas aos Concessionários e Permissionários do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do município de São Paulo-SP, a saber:

Primeira Comissão

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Titular – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Suplente – Vicente Barrella - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Suplente – Aquilino dos Anjos Caldeira Pires – Prontuário SPTrans nº. 83.005-4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo de Souza Bittencourt – RG nº 32.878.500-3 - (concessão)

Suplente – Wagner Palma Moreira - RG nº. 15.813.917 - (concessão)

Segunda Comissão

Titular– Sucarlos Gomes Dumont – Prontuário SPtrans nº 106.720-6

Titular – Josias Batista dos Santos – Prontuário SPTrans nº 105.389-2

Suplente – Ronaldo Marques Lins – Prontuário SPTrans nº 113.069-2

Suplente – Luciano José Gomes Carvalho – Prontuário SPTrans nº 109.763-6

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Francisco Antônio Camurça de Carvalho – RG nº 21.411.882-2- (permissão)

Suplente – Isabela Rosa – RG nº 33.344.437-1 – (permissão)

Terceira Comissão

Titular –Tadeu Pereira Silva - Prontuário SPTrans nº. 117.538-6

Titular– Maria Madalena da Silva – Prontuário SPtrans nº114.892-3

Suplente– Vicente Barrella Neto - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Suplente – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3 – (concessão)

Suplente – Wagner Palma Moreira - RG nº. 15.813.917 – (concessão)

Quarta Comissão

Titular – Anderson Ap. Pereira da Silva - Prontuário SPTrans nº. 109.997-3

Titular – Claudete Aparecida da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.569-6

Suplente - Sucarlos Gomes Dumont – Prontuário SPTrans nº 106.720-6

Suplente - Josias Batista dos Santos – Prontuário SPTrans nº 105.389-2

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Clóvis Alberto Ferraro - RG nº 82.780.468 – (permissão)

Suplente – Antonio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6 – (permissão)

Quinta Comissão

Titular – Sebastião Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.405-3

Titular – Luciano José Gomes Carvalho – Prontuário SPTrans nº 109.763-6

Suplente – Aquilino dos Anjos Caldeira Pires – Prontuário SPTrans nº. 83.005-4

Suplente – Sucarlos Gomes Dumont – Prontuário SPTrans nº 106.720-6

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Delfin Ignácio Santos Abreu Filho – RG nº 6.812.708 – (concessão)

Suplente – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3 – (concessão)

Sexta Comissão

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Titular – Roberto Osvaldo Fehr – Prontuário SPTrans nº 088.136-8

Suplente – Maria Madalena da Silva - Prontuário SPTrans nº. 114892-3

Suplente – Vicente Barrella Neto - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – José Nivaldo Souza Azevedo – RG nº 35.803.191-6 – (permissão)

Suplente – Francisco Antônio Camurça de Carvalho – RG nº 21.411.881-2 – (permissão)

Sétima Comissão

Titular – José Nelson Vansetto - Prontuário SPTrans nº. 123.034-4:

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Suplente – Sucarlos Gomes Dumont – Prontuário SPTrans nº 106.720-6

Suplente – Vicente Barrella Neto – Prontuário SPTrans nº 85.434-4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular –Aldo Souza Bittencourt – RG 32.878.500-3 – (concessão)

Suplente – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho - RG nº. 6.812.708 – (concessão)

Oitava Comissão

Titular – Gerson Carlos Déssia - Prontuário SPTrans nº. 077.748-0

Titular – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Suplente – Josias Batista dos Santos - Prontuário SPTrans nº. 105.389-2

Suplente – Gelson Nascimento - Prontuário SPTrans nº123.950.3

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Edson Luiz Bessa Conti – RG nº 6.332.747-8 -(permissão)

Suplente – Isabela Rosa – RG nº 33.344.437-1 -(permissão)

Nona Comissão

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Titular – Sucarlos Gomes Dumont – Prontuário SPTrans nº 106.720-6

Suplente – Gerson Carlos Déssia - Prontuário SPTrans nº. 077.748-0

Suplente – Claudete Aparecida Silva - Prontuário SPTrans nº. 117.569-6

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3(concessão)

Suplente – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho - RG nº. 6.812.708(concessão)

Décima Comissão

Titular – Silvio Francisco - Prontuário SPTrans nº. 99.179-1

Titular – Roberto Osvaldo Fehr – Prontuário SPTrans nº 088.136-8

Suplente – Vicente Barrella Neto - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Suplente – Ronaldo Marques Lins – Prontuário SPTrans nº113.069-2

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Antônio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6 – (permissão)

Suplente– Wagner Calazans da Silva - RG nº. 21.178.854-5 – (permissão)

Comissão Especial

Titular – Cláudio Fabiano Vigliar Bondioli – Prontuário SPTrans nº. 122.777-7

Titular – Ilani Aparecida Ferreira – Prontuário SPTrans nº. 73.388-1

Titular — Eugênio Menezes da Silva – Prontuário SPTrans nº 115.708-6

Suplente – Paulo Carlos de Moura – Prontuário SPTrans nº 110.035-1

Suplente – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Suplente – Claudete Aparecida Silva - Prontuário SPTrans nº. 117.569-6

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo.

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3- (concessão)

Suplente – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho – RG. nº 6.812.708 - (concessão)

Titular – Antônio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6 - (permissão)

Suplente – Clóvis Alberto Ferraro - RG nº 82.780.468- (permissão)

Art. 2º - As Comissões serão presididas por qualquer um dos membros nomeados, observado o artigo 9º, “a” da Portaria 168/07 - SMT-GAB.

Art. 3º - Os trabalhos das Comissões serão secretariados pelo Srs.:

1º - Ezequiel Miguel Gonçalves - Prontuário SPTrans nº 118.349-4

2º- Cláudio Fabiano Vigliar Bondioli – Prontuário SPTrans nº. 122.777-7

3º- Eugênio Menezes da Silva – Prontuário SPTrans nº 115.708-6

4º - Ilani Aparecida Ferreira – Prontuário SPTrans nº. 73.388-1;

Parágrafo único: Respeitando a ordem acima descrita para substituição, quando da ausência ou impedimento dos mesmos.

Art. 4º - Os julgamentos serão realizados de 2ª a 6ª feira, das 13h00 às 16h00.

Parágrafo único: Em casos de ausência ou impedimento do comparecimento de quaisquer dos membros das Comissões em dia ordinário de Julgamentos, os mesmos deverão justificá-la pelos meios convencionais e legais, 24 (vinte e quatro) horas antes, com a finalidade de convocação de membro suplente e decorrente bom andamento dos trabalhos de julgamento e devolução dos recursos. Deverá também, obrigatoriamente, ser feita comunicação ao Secretário Municipal dos Transportes pelos membros que faltarão, declarando os motivos pelos quais ocorrerá a falta.

Art. 5º - Fica revogada a Portaria nº 0130/13-SMT.GAB.

Art. 6º - A presente Portaria tem sua data de vigor imediata e retroagindo à data original de sua publicação ao 1º dia do mês de Maio do ano de 2014.

[MENU](#)**PORTARIA Nº 083/14-SMT-GAB(DOC;05.11.2014-F.20;21)**

Fica retificado/ratificado o anexo único das portarias nº 033/2014-SMT.GAB e 037/2014-SMT.GAB, a fim de redistribuir/redefinir membros das 10 (dez) Comissões de Julgamentos de 1ª Instância, para os trabalhos de julgamento dos recursos interpostos contra as penalidades previstas no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM e aplicadas aos Concessionários e Permissionários do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo-SP

PORTARIA Nº 083/14-SMT-GAB

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz publicar ERRATA referente às Portarias nº 033/14-SMT.GAB e nº 037/2014-SMT.GAB publicadas em Diário Oficial nas datas de 30 de Abril de 2014 e 26 de Maio de 2014, respectivamente.

Art. 1º - Fica retificado/ratificado o anexo único das portarias nº 033/2014-SMT.GAB e 037/2014-SMT.GAB, a fim de redistribuir/redefinir membros das 10 (dez) Comissões de Julgamentos de 1ª Instância, para os trabalhos de julgamento dos recursos interpostos contra as penalidades previstas no Regulamento de Sanções e Multas – RESAM e aplicadas aos Concessionários e Permissionários do Serviço de Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo-SP, a saber:

Primeira Comissão

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Titular – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Suplente – Vicente Barrella - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Suplente – Aquilino dos Anjos Caldeira Pires – Prontuário SPTrans nº. 83.005-4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo

Titular – Aldo de Souza Bittencourt – RG nº 32.878.500- 3 - (concessão)

Suplente – Wagner Palma Moreira - RG nº. 15.813.917 - (concessão)

Segunda Comissão

Titular – José Nelson Vansetto - Prontuário SPTrans nº. 123.034-4

Titular – Josias Batista dos Santos – Prontuário SPTrans nº 105.389-2

Suplente – Ronaldo Marques Lins – Prontuário SPTrans nº 113.069-2

Suplente – Orlando Bottechia Júnior – Prontuário SPTrans nº 123.711-0

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo

Titular – Francisco Antônio Camurça de Carvalho – RG nº 21.411.882-2- (permissão)

Suplente – Antônio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6 – (permissão)

Terceira Comissão

Titular – Tadeu Pereira Silva - Prontuário SPTrans nº. 117.538-6

Titular – Maria Madalena da Silva – Prontuário SPTrans nº 114.892-3

Suplente – Vicente Barrella Neto - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Suplente – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3 – (concessão)

Suplente – Wagner Palma Moreira - RG nº. 15.813.917 – (concessão)

Quarta Comissão

Titular – Anderson Ap. Pereira da Silva - Prontuário SPTrans nº. 109.997-3

Titular – Claudete Aparecida da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.569-6

Suplente - José Nelson Vansetto - Prontuário SPTrans nº. 123.034-4

Suplente - Josias Batista dos Santos – Prontuário SPTrans nº 105.389-2

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo

Titular – Clóvis Alberto Ferraro - RG nº 82.780.468 – (permissão)

Suplente – Antonio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6 – (permissão)

Quinta Comissão

Titular – Sebastião Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.405-3

Titular – Luciano José Gomes Carvalho – Prontuário SPTrans nº 109.763-6

Suplente – Aquilino dos Anjos Caldeira Pires – Prontuário SPTrans nº. 83.005-4

Suplente – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo

Titular – Delfin Ignácio Santos Abreu Filho – RG nº 6.812.708 – (concessão)

Suplente – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3 – (concessão)

Sexta Comissão

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Titular – Roberto Osvaldo Fehr – Prontuário SPTrans nº 088.136-8

Suplente – Maria Madalena da Silva - Prontuário SPTrans nº. 114892-3

Suplente – Vicente Barrella Neto - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo**Titular** – José Nivaldo Souza Azevedo – RG nº 35.803.191- 6 – (permissão)**Suplente** – Francisco Antônio Camurça de Carvalho – RG nº 21.411.881-2 – (permissão)**Sétima Comissão****Titular** – Vicente Barrella Neto – Prontuário SPTrans nº 85.434-4**Titular** – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6**Suplente** – José Nelson Vansetto - Prontuário SPTrans nº. 123.034-4**Suplente** – Luciano José Gomes Carvalho – Prontuário SPTrans nº 109.763-6**Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo****Titular** – Aldo Souza Bittencourt – RG 32.878.500-3 – (concessão)**Suplente** – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho - RG nº. 6.812.708 – (concessão)**Oitava Comissão****Titular** – Gerson Carlos Déssia - Prontuário SPTrans nº. 077.748-0**Titular** – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4**Suplente** – Orlando Bottechia Júnior – Prontuário SPTrans nº 123.711-0**Suplente** – Claudete Aparecida da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.569-6**Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo****Titular** – Edson Luiz Bessa Conti – RG nº 6.332.747-8 -(permissão)**Suplente** – Francisco Antônio Camurça de Carvalho – RG nº 21.411.882-2- (permissão)**Nona Comissão****Titular** – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6**Titular** – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4**Suplente** – Gerson Carlos Déssia - Prontuário SPTrans nº. 077.748-0**Suplente** – Vicente Barrella Neto - Prontuário SPTrans nº. 85.434- 4**Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo****Titular** – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3(concessão)**Suplente** – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho - RG nº. 6.812.708(concessão)**Décima Comissão****Titular** – Roberto Osvaldo Fehr – Prontuário SPTrans nº 088.136-8

Titular – Ronaldo Marques Lins – Prontuário SPTrans nº113.069-2

Suplente – Orlando Bottechia Júnior – Prontuário SPTrans nº 123.711-0

Suplente – Sílvio Francisco - Prontuário SPTrans nº. 99.179-1

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo

Titular – Antônio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6 – (permissão)

Suplente – Wagner Calazans da Silva - RG nº. 21.178.854- 5 – (permissão)

Comissão Especial

Titular – Cláudio Fabiano Vigliar Bondioli – Prontuário SPTrans nº. 122.777-7

Titular – Paulo Carlos de Moura – Prontuário SPTrans nº 110.035-1

Titular – Tadeu Pereira da Silva – Prontuário SPTrans nº 117.538-6

Suplente – Gilmar Anselmo do Nascimento – Prontuário SPTrans nº 118.491-1

Suplente – Jorge Luiz Farias Trigo – Prontuário SPTrans nº 117.976-4

Suplente – Eugênio Menezes da Silva – Prontuário SPTrans nº 115.708-6

Membros representantes dos prestadores do Serviço de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Município de São Paulo

Titular – Aldo Souza Bittencourt - RG nº. 32.878.500-3- (concessão)

Suplente – Delfim Ignácio Santos Abreu Filho – RG. nº 6.812.708 - (concessão)

Titular – Antônio Sérgio Pires - RG nº. 10.216.371-6 - (permissão)

Suplente – Clóvis Alberto Ferraro - RG nº 82.780.468- (permissão)

Art. 2º - As Comissões serão presididas por qualquer um dos membros nomeados, observado o artigo 9º, “a” da Portaria 168/07 - SMT-GAB.

Art. 3º - Os trabalhos das Comissões serão secretariados pelo Srs.:

1º - Cláudio Fabiano Vigliar Bondioli – Prontuário SPTrans nº. 122.777-7

2º - Gilmar Anselmo do Nascimento – Prontuário SPTrans nº 118.491-1

3º - Eugênio Menezes da Silva – Prontuário SPTrans nº 115.708-6;

Parágrafo único: Respeitando a ordem acima descrita para substituição, quando da ausência ou impedimento dos mesmos.

Art. 4º - Os julgamentos serão realizados de 2ª a 6ª feira, das 13h00 às 16h00.

Parágrafo único: Em casos de ausência ou impedimento do comparecimento de quaisquer dos membros das Comissões em dia ordinário de Julgamentos, os mesmos deverão justificá-la pelos meios convencionais e legais, 24 (vinte e quatro) horas antes, com a finalidade de convocação de membro suplente e decorrente bom andamento dos trabalhos de julgamento e devolução dos recursos. Deverá também, obrigatoriamente, ser feita comunicação ao Secretário Municipal dos Transportes pelos membros que faltarão, declarando os motivos pelos quais ocorrerá a falta.

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

Art. 5º - Fica revogada a Portaria nº 130/13-SMT.GAB.

Art. 6º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo à data original de sua publicação, no 1º dia do mês de maio do ano de 2014.

PORTARIA Nº 016/16-SMT.GAB.(DOC; 04.03.2016-F.15)

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 168/07-SMT. GAB de 01 de Dezembro de 2007, que criou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, bem como as alterações que foram introduzidas pelas Portarias SMT.GAB nºs 027/08 de 23 de Fevereiro de 2008, 129/08 de 09 de Setembro de 2008, 086/09 de 26 de Novembro de 2009, 088/10 de 28 de Agosto de 2010, 029/12 de 24 de Março de 2012 e Portaria 042/13 de 24 de Março de 2013 e a Portaria 003/14-SMT.GAB;

CONSIDERANDO que toda a frota do sistema ônibus vinculada à prestação dos serviços de transporte público municipal está equipada com Localizador Automático de Veículo – AVL em funcionamento durante toda sua operação;

CONSIDERANDO que esta frota é monitorada através da ferramenta de gestão do Sistema Integrado de Monitoramento – SIM, que permite um melhor acompanhamento dos desempenhos operacionais e dos indicadores da prestação de serviços de transporte público realizados pelas empresas dos subsistemas estrutural e local;

CONSIDERANDO ainda, a necessidade de se ampliar e aperfeiçoar os processos de fiscalização do sistema com objetivo de melhorias nos padrões de eficiência e qualidade na prestação dos serviços;

RESOLVE:

Art. 1º - O Artigo 4º da Portaria 168/07-SMT.GAB, passa a vigorar com a seguinte redação:

O RESAM será aplicado através da fiscalização administrativa, operacional e eletrônica exercida pela São Paulo Transporte S.A – SPTRANS, especialmente contratada por esta Secretaria, para a prestação de serviços voltados para a gestão do transporte coletivo, em consonância com o Artigo 29 da Lei 13.241/01, ou diretamente pela Secretaria Municipal de Transportes, no caso de sua exclusiva competência.

Art. 2º - Inserir no RESAM, Anexo I da Portaria 168/07-SMT. GAB, no Padrão de Eficiência, em acréscimo, o seguinte:

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

Código	Descrição da Infração	Penalidade	Valor em R\$	Reincidência em Reais	Prazo para Correção	Prazo para Reincidência	Obs.:
G-64	Descumprir o número de viagens programadas para a faixa horária e sentido da viagem	Multa	R\$ 80,00	Não se aplica	Imediato	Não se aplica o Art. 13 da Portaria 168/07	

Art. 3º - As infrações de descumprimento de viagens (G-64) serão aplicadas através de fiscalização eletrônica, e substituirão as infrações de descumprimento de partidas ocorridas na mesma linha, faixa horária e sentido.

§ 1º - Para as infrações decorrentes do descumprimento de viagens programadas previstas no Código G-64 do Padrão de Eficiência, será aplicada penalidade conforme fórmula abaixo:

PEN = MIG x [1 – ICVr], onde:

PEN – Penalidade por linha, faixa horária e sentido

MIG - Valor de Referência da Multa (G-64)

ICVr – Índice de Cumprimento de Viagens para RESAM da linha, faixa horária e sentido

§ 2º - Para cálculo do ICVr mencionado no parágrafo anterior, será considerada a quantidade de viagens realizadas pelo operador em relação às viagens programadas, conforme determinado pelo Poder Concedente através das Ordens de Serviço Operacional.

§ 3º - As viagens programadas para fins de cálculo do ICVr deverão ser ajustadas pelos efeitos da velocidade real da linha em relação à velocidade programada, considerando para isto o tempo de ciclo programado em relação ao tempo de ciclo realizado e os efeitos de eventuais distorções nas faixas horárias subsequentes.

§ 4º - O ICVr será calculado através da seguinte fórmula:

$$ICVr = \frac{\sum M}{\sum (P-A)} \text{ onde:}$$

$\sum M$ - somatório das viagens monitoradas, limitadas às viagens programadas ajustadas (P – A)

P - viagens programadas

A - Ajuste de viagens em razão da diferença entre velocidades programada e realizada

$\sum (P - A)$ – somatório das diferenças entre as viagens programadas subtraídas do ajuste de viagem

§ 5º - O ajuste de viagem (A) mencionado no parágrafo anterior será calculado considerando o horário programado das partidas, o tempo efetivamente monitorado, e a frota programada por faixa horária fornecida pelo operador com justificativa técnica, ou seja, serão obtidos pela simulação da Ordem de Serviço (OSO) programada ajustada pelo tempo efetivamente monitorado.

§ 6º - Na falta da informação fornecida pelo operador da frota programada por faixa horária mencionada no parágrafo anterior, fica a critério do Poder Público a adoção de número compatível.

§ 7º - Os ajustes de viagens (A) serão obtidos pelo preenchimento do quadro de partidas programadas, veículo a veículo de acordo com o limite programado por faixa horária, e com utilização do tempo monitorado do respectivo dia de operação.

§ 8º - Os ajustes de viagens (A) serão as quantidades de viagens que não poderiam ser realizadas, dado o horário programado das partidas, o tempo efetivamente monitorado, e a limitação da frota programada por faixa horária.

§ 9º - O preenchimento do quadro de partidas mencionado no parágrafo 7º deste artigo será preenchido por linha, veículo a veículo, considerando os seguintes procedimentos:

I - Que o horário da primeira partida do veículo será a primeira não preenchida por outro veículo;

II - Os horários das próximas partidas do veículo serão calculados sucessivamente, considerando o horário mínimo calculado pela seguinte fórmula:

$H_n = H_{n-1} + T + t$, onde

H_n - horário mínimo de início da próxima partida do veículo

H_{n-1} - horário programado de início da viagem anterior

T - tempo monitorado da viagem com início mais próximo do horário programado (H_{n-1})

t - tempo de preparação para a próxima viagem

III - Calculado o horário mínimo (H_n), o horário programado de início da próxima viagem do veículo será aquele mais próximo programado na OSO, desde que igual ou maior que H_n

IV - Na atribuição da partida ao veículo, poderá ser admitida uma margem de tempo para início da mesma, de até metade do intervalo programado em relação ao horário programado da partida, desde que adequada à situação operacional efetiva;

V - O sentido de cada viagem do veículo será contrário ao sentido da viagem anterior do veículo, exceto para linhas circulares.

VI - O preenchimento do quadro de partidas será limitado pela frota programada por faixa horária;

VI - O preenchimento do quadro de partidas se dará a partir da linha base e, quando houver, os atendimentos.

Art. 4º - Caberá a São Paulo Transporte S.A – SPTRANS a elaboração de cronograma de implantação do fiel cumprimento desta Portaria, sendo que nos primeiros 30 (trinta) dias de vigência o serviço será medido porém, não haverá cobrança de multa decorrente da eventual constatação de enquadramento no código G-64 (Padrão Eficiência) do RESAM, já que serão implementados os ajustes necessários aos sistemas, contemplando suas Normas e Procedimentos administrativos.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[MENU](#)

PORTARIA Nº 036/16 – SMT.GAB(DOC;13.05.2016-F.38)

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 168/07-SMT. GAB de 01 de Dezembro de 2007, que criou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, bem como as alterações que foram introduzidas pelas Portarias nº 027/08 de fevereiro de 2008, 129/08 de 09 de setembro de 2008, 086/09 de 26 de novembro de 2009, 088/10 de 28 de agosto de 2010, 029/12 de 24 de março de 2012, Portaria 042/13 de 24 de março de 2013, Portaria 003/14 de 23 de janeiro de 2014 e Portaria nº 016/16 – SMT. GAB de 04 de março de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de organizar e aperfeiçoar os processos de fiscalização do sistema, com objetivo de melhorias nos padrões de eficiência, qualidade e segurança na prestação dos serviços;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam alteradas as redações dos seguintes códigos do ANEXO I da Portaria 168/07-SMT.GAB;

I – Penalidades do Padrão da Qualidade

a) O Código M05 passará a vigorar com a seguinte redação: “Veículo estacionado ou parado em ponto terminal com motor funcionando por tempo superior a 10 (dez) minutos, exceto veículo com ar condicionado”;

b) O Código M15 passará a vigorar com a seguinte redação: “Veículo com sistema de ventilação forçada, estando: inoperante, com defeito, mau estado de conservação, ou inexistente”;

Art. 2º - Inserir no RESAM, ANEXO I da Portaria 168/07- SMT.GAB, no Padrão de Qualidade, os seguintes códigos:

Código	Descrição da Infração	Penalidade	Valor em Reais	Reincidência em Reais	Prazo para correção	Prazo para reincidência	Observações
M49	Veículo com sistema de ar condicionado com temperatura em desconformidade com as determinações da SPTrans.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme Art. 13 do RESAM	
M50	Veículo com equipamento(s) embarcado(s), sem item específico, em desacordo com as determinações da SPTrans, estando: inoperante, com defeito, mau estado de conservação, ou inexistente.	Multa	R\$ 180,00	R\$ 360,00	Imediato	Conforme Art. 13 do RESAM	
G65	Veículo com o sistema de ar condicionado estando: inoperante, com defeito, mau estado de conservação, ou inexistente.	Multa	R\$ 360,00	R\$ 720,00	Imediato	Conforme Art. 13 do RESAM	Suspensão a operação do veículo

Art. 3º - Caberá a São Paulo Transporte S.A – SPTrans a implantação do fiel cumprimento desta Portaria, implementando os ajustes necessários aos sistemas de controle, contemplando as legislações, normas e procedimentos administrativos em vigor.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor 30(trinta) dias de sua publicação.

[MENU](#)**PORTARIA nº 039/16-SMT.GAB.(DOC;14.05.2016-F.27)**

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 168/07-SMT. GAB, de 01 de Dezembro de 2007, que criou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, bem como as alterações que foram introduzidas pela Portaria nº 016/16-SMT.GAB;

CONSIDERANDO, ainda, que essa alteração introduziu a fiscalização eletrônica das infrações por descumprimento de viagem (Código G-64 do RESAM, Padrão de Eficiência);

CONSIDERANDO que esta fiscalização eletrônica ampliou e aperfeiçoou os processos de fiscalização do sistema com objetivo de melhorias nos padrões de eficiência e qualidade na prestação dos serviços;

CONSIDERANDO a necessidade de ser ampliado temporariamente o prazo de interposição de recurso pelas operadoras do serviço de transporte coletivo público de passageiros na Cidade de São Paulo, uma vez que os poderes concedidos à Administração Pública Municipal devem ser exercidos na medida

necessária ao atendimento do interesse coletivo e público, em obediência aos princípios da isonomia, da equidade, da razoabilidade e da finalidade;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o prazo de interposição de recurso pela operadora atuada estendido em 15 (quinze) dias para além dos 10 (dez) dias concedidos pelo art. 7º da Portaria nº 168/07-SMT. GAB.

§ 1º. A dilação de prazo prevista no caput deste artigo somente valerá para as autuações havidas de forma eletrônica nos dias 03/04/2016 e 10/04/2016, no caso das infrações previstas no Código G-64 do Padrão de Eficiência, do Regulamento de Sanções e Multas - RESAM, constante do Anexo da Portaria nº 168/07-SMT.GAB.

§ 2º. O prazo será contado a partir do primeiro dia útil subsequente da data da ciência da autuação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[MENU](#)**PORTARIA 59/16 – SMT. GAB(DOC;07.07.2016-F.19;20)**

JILMAR TATTO, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 168/07- SMT. GAB de 01 de dezembro de 2007, que criou o Regulamento de Sanções e Multas – RESAM, bem como as alterações que foram introduzidas pelas Portarias nºs 027/08-SMT.GAB de fevereiro de 2008, 129/08-SMT.GAB de 09 de setembro de 2008, 086/09- SMT.GAB de 26 de novembro de 2009, 088/10-SMT.GAB de 28 de agosto de 2010; 029/12– SMT.GAB de 24 de março de 2012; 042/13-SMT.GAB de 24 de março de 2013, 016/16-SMT.GAB de 04 de março de 2016, 036/16-SMT.GAB de 13 de maio de 2016, 055/16-SMT.GAB de 07 de junho de 2016;

CONSIDERANDO a necessidade de se organizar e aperfeiçoar os processos de fiscalização do sistema com objetivo de melhorias nos padrões de eficiência, qualidade e segurança na prestação dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros,

RESOLVE:

Art. 1º - O Artigo 27º e os itens II e VI, constante da Portaria nº 168/07-SMT.GAB, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 27º - Cumpre à SPTrans a instauração de procedimento administrativo que tenha a finalidade de apurar os fatos e propor a aplicação de penalidades, no prazo de 30(trinta) dias, às operadoras do Subsistema Estrutural e Subsistema Local no qual se verifique: (....)”.

“**Item II** – Motorista, Cobrador(a), fiscal, representante ou preposto das operadoras do Subsistema Estrutural e Subsistema Local portando ou utilizando durante a jornada de trabalho quaisquer outros cartões que não sejam os operacionais, funcionais, ou com a sua própria identificação. (....)”.

“**Item VI** - Motorista, Cobrador(a), fiscal, representante ou preposto das operadoras do Subsistema Estrutural e Subsistema Local ameaçar, atentar contra a vida ou agredir o público em geral, funcionário da SMT, empregados da SPTRANS ou a serviço da mesma. (....)”.

Art. 2º - Fica revogado o Artigo 28º da Portaria nº 168/07- SMT.GAB.

Art. 3º - Ficam alterados os seguintes códigos do ANEXO I da Portaria nº 168/07-SMT.GAB:

I – As Infrações contidas no Padrão Segurança;

a) Para o código G-52, sem alteração em sua redação como infração GRAVE, passará para infração GRAVÍSSIMA com código GR-49, com a apreensão do veículo;

Parágrafo Único – O veículo apreendido deverá ser conduzido pela operadora ao pátio da SPTRANS, acompanhado pela área de fiscalização;

b) Para os códigos GR26, GR-33, GR-35, GR39, e GR-48, sem alteração em suas redações, além das penalidades aplicadas, os veículos cumprirão suspensão de 12(doze) horas nas respectivas garagens, retornando a operação após sanadas as irregularidades;

- c) Para o código G-55, sem alteração em sua redação, além da penalidade aplicada, o veículo cumprirá suspensão de 12(doze) horas e deverá comparecer na área de Inspeção veicular, com as irregularidades constatadas devidamente regularizadas;
- d) Para o código GR-44, sem alteração em sua redação, além da penalidade aplicada, a operadora deverá substituir o condutor por outro autorizado, revogando-se a suspensão;
- e) Para o código GR-30, sem alteração em sua redação, além da penalidade aplicada, a operadora deverá substituir o funcionário por outro autorizado, para que o veículo possa continuar em operação, revogando-se a suspensão;
- f) Os códigos GR-43 e GR-47 passam a vigorar com a seguinte redação:

GR-43 “Adotar procedimento irregular na prestação dos serviços, colocando os usuários e terceiros em perigo iminente.

Parágrafo Único – além das penalidades aplicadas, o veículo cumprirá suspensão de 12(doze) horas na respectiva garagem, retornando à operação após sanadas as irregularidades”;

GR-47 “Operar com tacógrafo fora das especificações estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB e/ou legislação específica.

Parágrafo Único – além das penalidades aplicadas, o veículo cumprirá suspensão de 12(doze) horas e deverá comparecer na área de Inspeção veicular, com as irregularidades constatadas devidamente regularizadas”.

II - Infrações contidas no Padrão Eficiência:

- a) Para o código G-31, sem alteração em sua redação, além da penalidade aplicada, a operadora deverá substituir o condutor por outro devidamente credenciado, para que o veículo possa continuar em operação, revogando-se a suspensão;
- b) O código GR-06 passará a vigorar com a seguinte redação:

“GR-06 – Operar linha fora do seu domínio contratual ou atendimento PAESE sem autorização da SPTRANS.

Parágrafo Único – Além da penalidade aplicada, o veículo será apreendido e deverá ser conduzido pela operadora ao pátio da SPTRANS, acompanhado pela área de fiscalização”.

c) Para os códigos G-29 e GR-10, além das penalidades aplicadas, os veículos cumprirão suspensão de 12(doze) horas nas respectivas garagens, somente retornando à operação após sanadas as irregularidades;

d) Para os códigos G-20, GR-17, GR-19 e GR-25, serão aplicadas as penalidades, revogando-se a sanção de suspensão.

Art. 4º - Para os veículos em processo de suspensão enquadrados nas linhas “b”, “c” e “f” do item I e linha “c” do item II do Artigo 3º, que estiverem em operação, serão objeto de apreensão e da penalidade prevista no enquadramento do código GR-11(gravíssima), com multa equivalente ao valor previsto no caso de reincidência.

Parágrafo Único – O veículo apreendido deverá ser conduzido pela operadora, ao pátio da SPTRANS, acompanhado pela área de fiscalização;

Art. 5º - Caberá à São Paulo Transporte S.A – SPTRANS a elaboração de cronograma de implantação do fiel cumprimento desta portaria, implementando os ajustes necessários aos sistemas, contemplando suas Normas e Procedimentos administrativos.

Art. 6º - Fica revogada a Portaria nº 055/16-SMT.GAB, aplicando-se as disposições contidas na Portaria nº 168/07-SMT. GAB e suas alterações.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DJ/SJU/ BIBLIOTECA

[MENU](#)

